# Povo livre

Director: Duarte Lima

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

N.º 728 • 23 de Novembro de 1988 • Preço 30$00




## SUMÁRIO


- *«Pensar a Europa» — Ciclo de Conferências organizado pelo IPSD* (pág. 3)
- *Portugal aderiu à UEO* (pág. 6)
- *Criado o Conselho Superior Financeiro* (pág. 11)


Mais de dois milhões de beneficiados

# Governo aumentou valor das pensões

O Governo fixou na passada semana o aumento de pensões, medida que beneficia mais de dois milhões e cem mil pensionistas

OS valores percentuais de actualização variam entre 10 % e 12%, sendo que 53% dos pensionistas irão beneficiar de aumentos situados entre 11,5% e 12,8%, correspondendo estes aumentos maiores às pensões mais baixas.

Para além do valor das pensões propriamente ditas são ainda actualizados os suplementos de pensão a grande inválido (invalidez, velhice e sobrevivência) e o complemento de pensão para cônjuge a cargo.

Os novos valores serão pagos já a partir de 1 de Dezembro, abrangem o subsídio de Natal e correspondem a um esforço financeiro de 39 milhões de contos em 1989.

O Conselho de Ministros aprovou um Decreto-Lei que tem por objectivo instituir um único regime facultativo de segurança social — o seguro social voluntário.

Tendo em vista uma protecção integral da população portuguesa face aos riscos sociais possibilita-se o acesso ao seguro social voluntário a indivíduos que, embora não exercendo uma actividade qualificada como profissional prestam serviços socialmente relevantes e que pelas suas características desinteressadas e humanitárias merecem enquadramento pela protecção social. É o caso dos voluntários sociais.

O novo regime é também estendido, de forma facultativa, a trabalhadores de actividades que, pela sua natureza, não podiam estar abrangidos pela segurança social portuguesa, como é o caso de trabalhadores na-

(Continua na página 3)

34.ª Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico

# Uma NATO «mais forte e coesa»

## — *defendida por Cavaco Silva*

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, acentuou o «esforço significativo» com que Portugal tem contribuido para a defesa ocidental, na abertura da 34ª. Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico (ATA), realizada no Estoril, na qual também participaram o Secretário-Geral da NATO, Manfred Woerner, e o Comandante Supremo Aliado na Europa, general John Galvin.

as perspectivas de desarmamento, e, de um modo geral, tudo o que diga directa e indirectamente respeito à problemática da paz e da segurança no Mundo constitui assim um imperativo da maior importância.

A ATA e as suas associações nacionais respondem a esta ne-

(Continua na página 2)




*Cavaco Silva presidindo à 34.ª Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico — ATA*

**Foi a seguinte a intervenção do Primeiro-Ministro**

«É com particular satisfação que me dirijo à 34.ª Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico e que saúdo a escolha que mais uma vez foi feita para a realização em portugal desta importante reunião. A todos transmito as minhas mais calorosas boas-vindas.

Gostaria de começar por sublinhar a relevância — nem sempre apercebida por muitos — do papel que cabe às associações nacionais que se congregam na ATA. A Organização do Tratado do Atlântico Norte tem como razão de ser a apresentação dos valores de liberdade e respeito pelos direitos humanos que constituem o nosso mais precioso património comum de civilização. Assim, nos regimes democráticos vigentes nos países membros da OTAN, as políticas de defesa e segurança dos respectivos governos fundamentam-se, em última análise, nas opiniões públicas que aí livremente se exprimem. Essa é a grande força da OTAN.

O permanente esclarecimento da opinião pública dos nossos países sobre os objectivos da Aliança, as suas propostas, a evolução militar internacional,

O Primeiro-Ministro na inauguração de um troço da IP-5

# Agora já não há necessidade de empresas procurarem o litoral

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, inaugurou no passado sábado o troço entre Albergaria-a-Velha e Viseu, na distância de cerca de 50 quilómetros, da IP 5 (Itinerário Principal) entre Aveiro e Vilar Formoso.

O Primeiro-Ministro — que estava acompanhado dos Ministros das Obras Públicas, Oliveira Martins, da Presidência, Fernando Nogueira, e do Plano e Administração do Território, Valente de Oliveira, e dos secretários de Estado das Vias de Comunicação, Falcão e Cunha, e da Agricultura, Álvaro Matos — considerou que a inauguração e a abertura ao trânsito do novo troço constituiu um dia histórico para o País, já que se «trata de uma das maiores obras públicas que nos últimos anos se fez no País».

«É bem o símbolo do Portugal moderno que estamos a construir», disse o Primeiro-Ministro, que salientou que «não há país moderno sem vias de comunicação». Cavaco Silva fez referência à ligação Porto/Bragança e ao facto de dentro de dias se «ir vencer o Marão» com a ligação Amarante-Campeã.

«O País é mais pequeno mas é mais grande», disse Cavaco Silva que adiantou que até fins de 1991 Braga estará ligada até Setúbal por auto-estrada. «Agora já não há qualquer necessidade de as empresas procurarem o litoral. Estar no litoral ou no interior é a mesma coisa», disse Cavaco Silva a propósito da abertura do troço da IP 5 entre Albergaria e Viseu.

«Este programa de obras

(Continua na página 3)

## Cavaco Silva na Associação do Tratado do Atlântico (ATA)

# Uma NATO mais forte e coesa

(Continuação da 1.ª página)

cessidade de constante informação das sociedades abertas e livres em que vivemos, necessidade tanto mais premente quanto a deliberada desinformação e a deturpação programada das realidades de Defesa ainda não cessou de constituir uma arma utilizada por aqueles que tentam minar a coesão e a solidariedade entre os aliados.

A participação activa de Portugal na OTAN é uma prioridade da nossa política externa, e é entendida consensualmente como fundamental por todas as forças políticas democráticas nacionais.

Identificamo-nos plenamente com os princípios de liberdade, paz e segurança nas relações internacionais que o Tratado do Atlântico Norte visa defender. Na proporção das nossas capacidades, mas de forma significativa, contribuimos para o esforço colectivo que essa defesa acarreta. A posição geo-estratégica de Portugal e a nossa vocação atlântica constituem um elemento de inestimável valor no planeamento do esforço e na manutenção da capacidade de defesa global na Europa do Atlântico.

A importância para a Aliança da vocação atlântica Portuguesa foi reforçada pela integração de Portugal nas comunidades Europeias. A nossa adesão à CEE aumentou o potencial da comunidade no seu relacionamento com os continentes americano e africano, pois são antigos e profundos os nossos laços com as nações e os povos desses continentes, bem como com agentes das mais remotas paragens, trazidas ao convívio com o mundo ocidental pela acção histórica dos portugueses.

A adesão de Portugal às comunidades europeias traduziu uma opção inequívoca por um modelo de sociedade democrático e pluralista. O regime democrático, que os Portugueses escolheram, tem saído reforçado em cada consulta eleitoral. Foram clara e firmemente afastadas as tentativas das forças de orientação colectivista que pretenderam impôr ao país uma ditadura de sinal contrário á que entre nós vigorara anteriormente. Foi inequivocamente reafirmada a capacidade dos Portugueses para resistirem às tentações totalitárias e defenderem valores tão fundamentais como a democracia e a liberdade.

Julgo, aliás, que ainda não foi geral e plenamente reconhecida toda a importância da vitória democrática do povo português para a defesa dos valores de civilização que nos são caros e, portanto, para a própria Aliança Atlântica. A consolidação da liberdade e da democracia em Portugal marca uma decisiva viragem no confronto mundial e europeu com as ideologias e os regimes totalitários, cujo prestígio político e cultural se encontra hoje em rápida decadência.

A maturidade cívica e política dos portugueses é, de resto, patente a quem nos visite. O país vive em plena tranquilidade democrática, goza de estabilidade governativa e de paz social, e revela desde há três anos uma recuperação económico-financeira notável. A integração nas comunidades europeias, inicialmente receada por alguns que apontavam o desnível de desenvolvimento entre a nossa Economia e as médias europeias, tem-se revelado um êxito, constituindo um poderoso factor de modernização do país e da sociedade cumprindo a vontade claramente manifestada pelos portugues, numa votação maioritária que quase não encontra paralelo nas outras democracias da Aliança e do Mundo, o meu Governo está a promover profundas reformas no País, preparando-o para o grande desafio de 1992 e para a Europa do futuro em cuja construção Portugal participa activamente.

Estamos a modernizar Portugal, aproximando-o gradualmente dos índices de desenvolvimento da Europa mais industrializada, e com isso não apenas melhoramos o nível de vida do nosso povo como contribuímos também para a missão de defesa e segurança do mundo livre que cabe à OTAN.

Senhor Presidente:

É neste quadro político, económico e social que o meu Governo se tem empenhado em tornar ainda mais efectiva a nossa participação na OTAN. É disso exemplo a actual lei da programação militar, que permite um melhor planeamento da nossa contribuição para o esforço de defesa comum.

No período de 1986-1988, os orçamentos de defesa do Estado Português cresceram em termos reais a uma taxa média anual de cerca de 5%, valor superior á maioria dos registados em países da OTAN. Em 1987, Portugal aplicou 3,1% do PIB na defesa, o que traduz um esforço significativo para um país com o nosso nível de desenvolvimento e empenhado nos desafios que presentemente a integração nas comunidades europeias lhe coloca.



*Cavaco Silva, acompanhado do Ministro da Defesa, Eurico de Melo, ao receber, em S. Bento, o Secretário-Geral da NATO, Manfred Woerner*

Queremos uma OTAN cada vez mais forte e coesa, o que, na nossa óptica, implica intensificar a ligação entre os pilares Europeu e Americano da aliança. É nessa perspectiva que encaramos a recente adesão de Portugal à União Europeia Ocidental.

A UEO é um forum específico europeu, com uma flexibilidade política suplementar em relação à OTAN. Deste modo pode a UEO trazer vantagens para a defesa ocidental na sua globalidade. Mas essa defesa assenta, antes de mais, na comunhão de ideais e valores entre Europeus e Norte Americanos.

Ao aderir a UEO Portugal manisfesta também um propósito de participação no projecto de construção da Europa e, por conseguinte, nas instituições Europeias que venham a emergir no sector da segurança e da defesa. Como membro da UEO, Portugal participará em projectos de cooperação entre países Europeus no domínio da investigação e das indústrias ligadas ao sector da defesa.

Senhor Presidente:

A pertença à Aliança Atlântica implica a defesa de valores tidos como essenciais nos regimes democráticos: o respeito pelos direitos e liberdades individuais e a consagração do Estado de Direito.

Por isso continuamos a entender que as relações Leste-Oeste devem desenvolver-se não apenas com base em progressos no domínio da segurança militar e nos contactos económicos, mas igualmente a partir dum crescente e irreversível comprometimento, por parte dos países de Europa Oriental, em respeitar e pôr em prática todos os princípios quanto à dimensão humana do processo da conferência de segurança e cooperação europeia.

As futuras negociações entre os países membros da OTAN e os do pacto de Varsóvia sobre a estabilidade convencional reflectem o desejo da Aliança Atlântica em promover um clima de maior segurança na Europa através de propostas que levem à existência de forças equilibradas e verificáveis por ambos os lados.

A exemplo do que sucedeu com o histórico tratado INF, será indispensável que a União Soviética aceite o princípio das reduções assimétricas para que a sua actual superioridade convencional deixe de constituir a sombra ameaçadora que presentemente paira sobre o nosso continente.

A consciência de que o controle de armamentos não constitui um fim em si mesmo, mas um meio para reforçar a segurança, leva a concluir que não seria aconselhável que a OTAN enveredasse presentemente por novas negociações envolvendo armas nucleares estacionadas na Europa, pelo menos até se alcançarem resultados tangíveis no domínio da estabilidade convencional.

Devem ser encorajados os sinais de abertura que parecem evidenciar-se na alteração de comportamentos da chefia soviética. Mas estas mudanças aconselham uma maior cooperação e solidariedade entre os aliados ocidentais. De facto defenderá da firmeza das nossas posições a obtenção de resultados positivos, tanto no campo da segurança como no domínio do respeito dos direitos humanos. A necessidade da coesão entre os aliados resultou, aliás, claramente sublinhada na última cimeira de Bruxelas da OTAN como elemento indispensável para consolidar progressos já alcançados e para a criação de um novo clima nas relações Leste-Oeste.

A importância primordial que as vertentes OTAN e CEE têm na política externa portuguesa não prejudica, antes reforça, o particular relacionamento do meu País com outros povos e continentes. O meu Governo está especialmente empenhado na intensificação das relações políticas, económicas e culturais com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com o Brasil.

Portugal tem responsabilidades históricas especiais no tocante à África e em particular na África Austral. A solução de paz que se impõe obter para a região passa pela erradicação do apartheid e pelo termo de ingerências externas.

Estas são por si só geradoras de conflitos.

Deve ser permitido ao povo da Namíbia exercer o direito à autodeterminação nos termos das resoluções das Nações Unidas. Portugal apoia as negociações e contactos em curso entre todas as partes envolvidas nos conflitos da África Austral. Estamos confiantes em que esse é o meio para a obtenção de soluções realistas e pragmáticas, que tragam a paz e o desenvolvimento tão necessários a toda a região. Por isso nos congratulamos com bom aproveitamento que se afigura estar a ser dado a este momento de diálogo, na África Austral.

Senhor Presidente:

Cremos nas potencialidades da OTAN para fazer face aos desafios do futuro. À Aliança cabe manter os meios necessários para enfrentar potenciais ameaças à liberdade e à segurança dos seus membros. Nunca é demais sublinhar a importância duma consulta política sempre aberta e continuada, que reforme a coesão no processo de tomada de decisões, e a manutenção de uma estrutura militar moderna e proporcionada à dimensão das ameaças e que assim garanta o poder dissuador da Aliança. Deste modo a OTAN estará em condições de assegurar a continuação da paz em liberdade.

Termino, senhor presidente, desejando os melhores resultados para a vossa reunião e para os trabalhos que terão lugar nesta sessão da Assembleia da Associação do Tratado do Atlântico. Como sempre tem acontecido, as reflexões e apreciações que aqui se fizerem serão objectivo de atento estudo pelos governos, pela contribuição que por certo irão trazer para o propósito que a todos nos anima: o reforço da capacidade da Aliança Atlântica para a defesa da liberdade.»



*Cavaco Silva na inauguração das novas instalações da RDP-Internacional, na Rua de S. Marçal, que possibilitam uma melhor aproximação às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo*

# Decisões do Conselho de Ministros

(Continuação da 1.ª página)

cionais que exercem actividade em barcos estrangeiros.

O tipo de prestações visa essencialmente proteger a invalidez, a velhice e a sobrevivência de familiares em caso de morte, mas poderá abranger ainda outras eventualidades e protecções tais como subsídio de doença, indemnização por incapacidade permanente ou temporária, subsídio de maternidade e protecções familiares.

O Governo vem prestando uma particular atenção aos problemas dos mais idosos e dos deficientes.

Nesta linha de actuação, o Conselho de Ministro tomou mais uma medida que visa assegurar um melhor nível de qualidade dos serviços prestados, designadamente no âmbito dos estabelecimentos de apoio a idosos com fins lucrativos.

Assim, através deste diploma, reforça-se a capacidade fiscalizadora da administração e sujeita-se a partir de agora a licenciamento prévio a instalação e o funcionamento desses estabelecimentos e agravam-se severamente as sanções às entidades prevaricadoras.

## Incentivos financeiros PEDIP

O Conselho de Ministros aprovou um diploma que determina a suspensão por um prazo de 120 dias dos direitos aduaneiros aplicáveis à importação de vinhos. A baixa colheita deste ano, verificada por força de condições climatéricas singularmente adversas, obriga a que para garantir o abastecimento regular do mercado, seja necessário recorrer à importação, o que convém que seja feito nas melhores condições possíveis de custos.

O Conselho de Ministros aprovou um Decreto-Lei que estabelece o Sistema de Incentivos Financeiros PEDIP (SINDEPIP). O Sistema tem por objectivo o fortalecimento da estrutura produtiva e da base tecnológica industrial, incentivando a inovação e a modernização das empresas industriais, designadamente através da elevação dos níveis de qualidade, eficiência, e grau de competitividade, tendo em consideração as respectivas implicações ambientais.

O Sistema de incentivos financeiros agora criado vem na sequência da aprovação pela CEE do Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP) e vai constituir o ponto fulcral da concretização da política industrial do Governo, definida em termos de criação de regras de jogo claras que permitam aos empresários orientar as suas decisões de investimento. Pretende-se assim criar as condições para que a indústria portuguesa atinja níveis de competitividade que lhe potenciem a capacidade de integração harmónica no grande Mercado que se prespectiva para 1993.

Dada a necessidade de articular o Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBRZ), instituído por Decreto-Lei em Janeiro último, com o novo Sistema de Incentivos Financeiros PEDIP, o Conselho de Ministros decidiu aprovar um Decreto-Lei que introduz alterações ao SIBR.

A área geográfica de intervenção do SIBR passa a excluir as Zonas mais industrializadas do País, as quais serão apoiadas pelo Sistema de Incentivos PEDIP. A componente industrial de análise dos projectos foi reforçada e a intensidade máxima de apoio a conceder é aumentada para 75% do investimento.

Indroduziram-se também algumas alterações processuais por forma a tornar este Sistema de Incentivos mais operacional e mais adaptado às características da actividade industrial.

A realização do Mercado Interno e o reforço da Coesão Económica e Social vêm não só confirmar esta orientação mas também torná-la mais permanente ao permitir canalizar meios avultados para as zonas deprimidas no sentido de elevar o seu grau de atractividade e de criar reais condições de dinamização económica.

Com vista a incrementar o combate à actividade económica ilícita, foi decidido proceder à remodelação da carreira inspectiva da Direcção Geral da Inspecção Económica, com o objectivo de continuar a melhorar a eficiência e facilitar a actuação daquele organismo.

O Conselho de Ministros aprovou ainda um diploma que permite a constituição de fundos permanentes nos tribunais e nas conservatórias de registos e nos cartórios notariais, de forma a permitir-se uma gestão corrente mais racional e a evitar bloqueamentos de funcionamento com graves inconvenientes para a normal actividade de serviços tão relevantes para a comunidade.

# «Pensar a Europa»

## — *Ciclo de conferências organizado pelo IPSD*

Está o Instituto Progresso Social e Democracia — Francisco Sá Carneiro a organizar uma série de conferências sobre «Pensar a Europa».

As conferências têm como objectivo, informar a opinião pública sobre os muitos desafios e as inúmeras perspectivas que se abrem com a plena realização da Comunidade Europeia. Serão tratados temas como a Cultura, a Defesa, o Ambiente, a inovação tecnológica, a Informação, a Política Social, a Educação.

Hoje, terão lugar as duas primeiras conferências desta série:

«A Europa e a Defesa pelo Dr. Lothar Ruehl — secretário de Estado da Defesa da Alemanha Federal. Esta conferência terá lugar no Estoril Anka Hotel, pelas 17 h.

«Pensar a Europa» — este é o título do último livro de Edgar Morin, que constitui o tema geral de todas as conferências. O próprio Edgar Morin falará sobre o seu livro, assim como sobre outros trabalhos em preparação, pelas 21 h, na sala Nova York, no Lisboa Penta Hotel.

O conferencista será apresentado por António Alçada Baptista.

Podemos, desde já confirmar a presença próxima em Portugal, a convite do IPSD — Instituto Progresso Social e Democracia, de Juan Luís Cebrian (ex-director do maior jornal espanhol «El País»), Pieter Winsemius (ex-ministro do Ambiente até 1986 na Holanda, hoje especialista de reputação internacional em questões ambientais e de renovação tecnológica), Ralf Dahrendorf (um dos maiores filósofos alemães pós-escola de Frankfurt durante muitos anos membro activo da Fundação Friedrich Naumann, actualmente professor em St. Anthony's College em Oxford).

No dia 15 de Dezembro, pelas 21 h, o dr. Vítor Martins, secretário da Integração Europeia, fará, igualmente no Hotel Penta, o ponto da situação sobre o sucesso destes três anos de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Outras iniciativas estão previstas até final deste ano, entre as quais, uma homenagem a um dos «pais fundadores» da Europa — Jean Monnet.

Cavaco Silva na inauguração de um troço da IP-5

# «É bem o símbolo de Portugal moderno que estamos a construir»

(Continuação da 1.ª página)

públicas irá até 1995, altura em que pensamos que os itinerários principais e as auto-estradas estarão construídas.

Mas depois temos de pensar em transformar os itinerários principais em auto-estradas», disse o Primeiro-Ministro na cerimónia, que teve lugar no nó de Albergaria.

Antes, o presidente da Junta Autónoma das Estradas consideraria a abertura de mais um troço da IP 5 como um «acontecimento histórico» já que nunca se abriu em Portugal, ao tráfego, uma estrada com tão grande extensão.

O lanço entre Albergaria e Viseu custou 8 milhões de contos e começou a construir-se em Setembro de 1984. Inicia-se no nó de ligação com a auto-estrada do Norte, tem a extensão de 57 757 quilómetros e termina perto de Viseu, no nó de Vil de Souto. Do litoral para o interior, o lanço sobe a zona montanhosa de Talhadas e desenvolve-se na base da serra do Caramulo, compreendendo os nós de Albergaria (EN 1), Talhadas, Reigoso, Cambarinho, Vouzela, Boa Aldeia e Vil de Souto.

Também no sábado abriu ao trânsito a variante de Viseu, numa distância de 17 quilómetros, cujo custo está estimado em 1,8 milhões de contos e cujo empreiteiro foi a «Tecnovia».

Para o próximo ano está prevista a abertura ao tráfego do troço entre Lajeosa do Mondego e Arrifana e a IP 5 Aveiro/Vilar Formoso ficará concluída em 1991 com a abertura ao tráfego do lanço entre Albergaria-a-Velha e Aveiro (instalações portuárias).

O custo total da obra — que foi financiada pela Comunidade Económica Europeia — está estimado em 20 milhões de contos.

## Inauguração em Coimbra

O Primeiro-Ministro esteve também em Coimbra, onde inaugurou a nova sede do Centro Regional de Segurança Social (CRSS) e o canal condutor geral do sistema de aproveitamento do Baixo Mondego.

Cavaco Silva, que iniciou em Coimbra um périplo que o levaria ainda a Aveiro e Viseu, mostrou-se seguro de que o novo edifício do CRSS vai «contribuir de forma significativa para o desenvolvimento de uma região de grandes potencialidades endógenas: o centro do País.

O ministro Silva Peneda — que acompanhou Cavaco Silva — reafirmou, na ocasião, que a segurança social é uma das áreas de intervenção privilegiada pelo Governo — nos seus sectores de juventude, idosos e deficientes — e enfatizou o «crescimento notável de investimentos que vêm sendo feitos nas áreas das instalações físicas e suportes técnicos».

Acentuando que para «os esquemas de segurança social são canalizadas verbas avultadíssimas», Silva Peneda referiu os recentes aumentos de pensões dos vários regimes, que representam um esforço financeiro de mais de 40 milhões de contos, e anunciou que no próximo ano vai ser apoiada a reabilitação de cinco mil deficientes, contra os dois mil abrangidos no corrente ano.

De seguida, o Primeiro-Ministro dirigiu-se para as instalações da Hidráulica do Mondego onde os responsáveis da Direcção-Geral dos Recursos Naturais deram conta das grandes linhas do empreendimento de aproveitamento hidráulico do vale do Mondego.

Refira-se que está executada (ou em vias de execução) a primeira fase deste empreendimento, que não abarca as Terras Altas, e na qual foram dispendidos mais de 60 milhões de contos.

Na ocasião, o ministro do Planeamento e da Administração do Território, lembrou que o nosso País dispõe «de recursos hídricos brutos com uma captação média anual dupla da mundial e tripla da do conjunto dos países da Comunidade», recurso que é abundante mas caro já que — precisou — «é preciso guardá-lo no Inverno para o Verão, e há necessidade de o conduzir dos locais onde cai para aqueles onde é usado».

Referindo-se ao canal condutor geral, Valente de Oliveira classificou-o como complexo que valoriza um recurso totalmente nacional, já que «o maciço da serra da Estrela e a bacia hidrográfica do Mondego constituem a maior origem de água doce situada, na sua totalidade, em território nacional».

Citando, no sistema do Mondego, aplicações que incluem a produção de energia eléctrica, o abastecimento de água às populações, e correcção torrencial, a regularização pluvial, o controlo e defesa contra as cheias, a valorização turística, a aquacultura e a exploração piscícola, Valente de Oliveira enfatizou, contudo, o canal condutor geral (com uma extensão total de 41 quilómetros), o qual «permitirá beneficiar pela rega 15 mil hectares das melhores terras de aluvião que possuimos».

Hoje, dia 23 de Novembro

## A Europa e a Defesa

Conferência proferida por *Dr. Lothar Rülh*, Secretário de Estado da Defesa da República Federal da Alemanha.

**17.00 h — Estoril Anka Hotel**

***

## Pensar a Europa

*Edgar Morin* fala sobre o seu último livro — «Pensar a Europa».

**21.00 h — Lisboa Penta Hotel**

*Ciclo de conferências em Bruxelas*

# «Modernizar Portugal»

A secção de Bruxelas do PSD está a levar a efeito um ciclo de conferências sobre o tema genérico «Modernizar Portugal».

A primeira deste ciclo realizou-se no passado dia 3, tendo como interveniente o Comissário Português Cardoso e Cunha e sendo moderador Luís Sá Pessoa. Foram debatidos temas como a integração de Portugal na CEE e a evolução futura da Comunidade no quadro da realização do grande mercado interno.

No dia 19, o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Luís Marques Mendes, falou sobre «A acção dos Governos do P. S. D.» e tal como moderador Jorge Antas de Barros.

Ambas as conferências contaram com elevado índice de participação compreendendo não só os militantes do PSD que se encontram a trabalhar nas Instituições Comunitárias, mas também com elevado número de emigrantes portugueses da Bélgica e do Luxemburgo.

# O Orçamento do Estado para 1989



VIEIRA DE CARVALHO

Cumprindo, uma vez mais, o prazo legalmente previsto, o Governo entregou, no dia 17 do mês passado, na Assembleia da República, para debate e votação, a proposta de lei do OE 89 e, bem assim, uma volumosa e qualificada informação complementar.

Na análise a que se vai proceder, necessariamente sucinta, visar-se-á suscitar a atenção dos leitores para os aspectos mais significativos e inovatórios que o OE 89 integra.

As receitas previstas ascendem a 1599,5 milhões de contos e as despesas — sem inclusão dos juros da dívida pública — foram estimadas entre 1504 a 1521 milhões de contos. Assim, o saldo primário oscilará entre +78,5 a +95,5 milhões de contos, limites que têm a ver com a chamada cláusula da regulação da procura corporizada na retenção condicional, durante o primeiro semestre de 1989, de 17 milhões de contos, valor equivalente a 10% do PIDDAC — Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central. Mercê da evolução das principais variáveis macroeconómicas o Governo decidirá da libertação parcial ou integral daquela retenção orçamental.

Cifrando-se os juros da dívida pública em 582,5 milhões de contos, o défice global variará entre - 487 milhões a - 504 milhões de contos ou seja, em termos percentuais do Produto Interno, - 7,5% a - 7,8% relação que, em 1985, era de - 12%.

No concernente às receitas, ressalta como facto de extrema relevância a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 1989, dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas — IRS e IRC. O Governo cumpre assim, uma reforma estrutural inscrita no seu Programa. A reforma fiscal consubstancia uma maior justiça para todos os contribuintes e uma manifesta simplificação das suas relações com a Administração Fiscal.

Acresce, ainda, que a reforma fiscal se traduz num efectivo desagravamento fiscal no que, particularmente, respeita aos rendimentos do trabalho.

Em matéria fiscal, cabe também uma referência às medidas propostas pelo Governo tendentes a atenuar o esforço contributivo decorrente do imposto complementar, secção A, que incidindo sobre os rendimentos de 1988 deverá ser liquidado no próximo ano em cumulação com o IRS.

As soluções preconizadas consagram a protecção dos contribuintes de mais baixos rendimentos isentando-os ou exonerando-os do pagamento daquele imposto e, aos demais, conferem a faculdade de o pagamento ser efectuado a pronto, beneficiando de desconto, ou em prazo dilatado sem lugar ao pagamento de juros.

De notar que os montantes do imposto complementar, secção A, respeitante aos rendimentos auferidos em 1988, e do imposto profissional que não haja sido retido na fonte naquele mesmo ano, constituirão o capital inicial do Fundo de Estabilização da Segurança Social, fundo que o Governo se propõe criar visando conferir mais solidez financeira as sistema de Segurança Social.

No tocante às relações financeiras com a Comunidade Económica Europeia prevê-se que o balanço dos fluxos financeiros Portugal - CEE apresente um saldo favorável da ordem dos 105 milhões de contos. Relativamente a 1988 regista-se um crescimento de 24,5% das transferências líquidas para o nosso País que receberá ainda, a título de ajudas de pré-adesão, 4,9 milhões de contos.

O Governo inscreveu no seu programa como objectivo prioritário a diminuição da intervenção do Estado na Economia através da alienação de participações de capital detidas em empresas de economia mista e da privatização de empresas públicas. No decurso do próximo ano ocorrerão as primeiras privatizações que propiciarão receitas que, inscritas no orçamento do Fundo de Regularização da Dívida Pública, se computam em 45 milhões de contos.

Relativamente às despesas, merece particular realce a prioridade que o Governo vem atribuindo às políticas de Saúde, Educação e infra-estruturas (PIDDAC).

As dotações orçamentais para estes sectores atingem 742,6 milhões de contos, isto é, 49,8% das despesas públicas totais, sem juros da dívida pública.

Relativamente a 1988, as despesas com aqueles sectores registarão aumentos de 17,3%, 16,1% e 16,4%, respectivamente.

Em 1989 as transferências financeiras para as autarquias locais — Fundo de Equilíbrio Financeiro — ascenderão a 106 milhões de contos que em 1988, diferença que equivale a um crescimento de 13%.

Na prossecução de uma política de verdade orçamental, o Governo regularizará, em 1989, obrigações assumidas no passado por organismos e empresas públicas e situações decorrentes da descolonização que totalizam 40,1 milhões de contos.

Em conclusão, refira-se que a política orçamental para 1989 está em consonância com a estratégia de progresso controlado. 1989 será um ano de crescimento sólido e seguro da Economia portuguesa.

BUSTO
A SÁ CARNEIRO
NA CIDADE
DE VILA NOVA DE GAIA
HOMENAGEM AO GRANDE
ESTADISTA PORTUGUÊS
PARTICIPE • COLABORE
CONTRIBUA

COMISSÃO PRÓ-BUSTO
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO

RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, 1339
APARTADO 205
4403 VILA NOVA DE GAIA
CODEX TELEFONE — 393918
Conta bancária n.º 036970
Banco Pinto & Sotto Mayor
Vila Nova de Gaia

# Reflexões sobre a Mulher em Portugal (1)

É do conhecimento comum o lugar de inferioridade ou da subalternização a que a mulher portuguesa tem sido votada na nossa sociedade. Tal facto radica em questões sócio-culturais e em normas de conduta moral e outras que se consolidaram ao longo de séculos e acabaram por definir uma mentalidade de domínio masculino. Sem alinhar em feminismos radicais e em posições reducionistas, importa reflectir sobre este estado de coisas e tentar mudar uma situação injusta, imoral e obsoleta. Os comportamentos sócio-culturais não são leis imutáveis, os papéis sexuais implicam um processo dinâmico de mudança e a alteração das mentalidades, masculina e feminina, não é mais uma questão intocável.

A mulher é igual ao homem, diria o cidadão comum, se observasse com isenção a sociedade dos tempos que correm. Na verdade, a todos o níveis podemos verificar a justeza de tal afirmação, colocada muitas vezes na boca daqueles que menos desejam o seu terreno invadido pela prática e intervenção feminima.

Sempre se considerou que «a rua era a casa do homem e que a casa era o santuário da mulher». Tal «verdade» tem os dias contados. É interessante verificar que foi a «revolução» dos electro-domésticos que permitiu a verdadeira libertação da mulher e quebrou com o mito da fada do lar. Nos tempos que correm, e já correm há algum tempo, a mulher ultrapassou as fronteiras do espaço doméstico. É no mínimo paradoxal verificar que foi por solidificação e benesse masculina que essa ultrapassagem se deu: a necessidade de produção em tempo de guerra, a necessidade de mão de obra fabril barata, a consciência da sensibilidade feminina para certas ocupações, a premência de melhorar o orçamento familiar, etc... Depois da II Grande Guerra o processo foi irreversível e a mulher tomou definitivamente o seu destino nas mãos: ela começou a poder decidir entre o celibato e o casamento, ela iniciou a escolha de profissões tradicionalmente atribuídas aos homens, ganhou (ou foi-lhe concedido?) progressivamente o direito de cidadania, iniciou intervenção sindical, social e política. O que acabamos de referir não é novidade para ninguém em termos das sociedades democráticas ocidentais, apesar de significativas diferenças nacionais, regionais e locais.

Antes de analisar concretamente a situação portuguesa, o que será feito com algum pormenor em próximos artigos, gostaria ainda de elaborar algumas considerações genéricas que nos ajudarão a compreender e a situar com mais rigor o problema que nos coloca em relação ao contexto português.

Busco ainda algumas «justificações» que têm originado a pretensa inferioridade feminina. Todas as religiões verdadeiramente universais colocaram sempre a mulher como dependente do homem, apesar de algumas correcções recentes. Nenhum dos sistemas políticos tradicionais, salvo raras sociedades «primitivas», previu a liderança feminina. A mulher casava por arranjos de conveniência familiar em que nunca era ouvida: uma espécie de moeda de troca. Ainda não estão distantes os ecos de inferioridade biológica das mulheres, não fossem as Rosas Motas que de vez em quando acodem em nossa salvação.

Mas houve um momento em que se fez luz no espírito dos homens: chegou-se à conclusão que a onda avassaladora da força feminina podia ser cabalmente traduzida — a mulher também podia votar. Pegou-se na descoberta e fez-se dela uma bandeira: um voto feminino vale tanto como um voto masculino...

Nesse negócio eleitoral do deve e o haver as contas ainda não estão saldadas: é risível mas deve ter sido um homem que teve a soberana ideia de considerar que uma mulher vale por quatro homens quando se trata do preenchimento das quotas dos vinte e cinco por cento, num partido que eu cá sei...

A maternidade, esse momento ímpar do mistério da Vida, foi considerada por alguns como o grande argumento para se confinar e remeter a mulher às tarefas menores do espaço doméstico e para a exclusividade da educação dos filhos. Convenhamos que o argumento era profundamente cínico e funcionou sempre como manobra de diversão em espíritos de pretensa abertura liberal que começaram a sentir invadido o inquestionável território das prepotências masculinas. Traduzindo por miúdos, «cá em casa manda ela, mas quem manda nela sou eu». Este azulejo da mediocridade ainda decora muita casa portuguesa e, o que é pior, ainda domina muitos espíritos.

Em próximos artigos tentaremos discorrer sobre a problemática da mulher portuguesa, numa perspectiva que se deseja franca e saudável, abandonando posições radicais que hoje são objecto de chacota. Para que se evitem equívocos desnecessários e para que fique claro, refira-se que, lutar pela dignificação da mulher em termos profissionais, sociais, políticos e culturais, não é lutar contra o homem.

*Da Comissão Política Distrital de Évora do P. S. D.

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL

Director-geral da UNESCO visitou o Porto

# José Augusto Seabra: Portugal é um medianeiro intercultural

NOS passados dias 11 e 12, visitou o Porto, a convite do Centro UNESCO e da Universidade daquela cidade, o Prof. Federico Mayor, Director-Geral da UNESCO, que se fez acompanhar do Embaixador de Portugal, Prof. José Augusto Seabra, sendo ainda convidados a deslocar-se a Portugal, o Embaixador de Angola junto da UNESCO, Domingos Van-Duunen, bem como um representante do Embaixador do Brasil junto daquela organização internacional, Ministro Plenipotenciário, Dr. Macedo Soares.

Na presença de professores e alunos das escolas secundárias do Norte e do Centro do País, de representantes das associações culturais, de escritores e artistas e intelectuais do Porto, José Augusto Seabra pronunciou a seguinte alocução:

— Este é um dia grande para a cidade do Porto, para o seu Centro UNESCO, para as comunidades educativas, científicas e culturais do Norte de Portugal e para todos os portugueses. A visita do Director-Geral da UNESCO ao burgo da liberdade e do trabalho, donde o nosso País «houve nome», tem um significado exemplar: o reconhecimento pelo seu mais alto representante de que aqui, neste espaço de universalidade, estão vivos os ideais que em 1945 inspiraram os fundadores da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, sob o signo da paz, da dignidade, da igualdade e dos direitos da pessoa humana.

Sim, valeu a pena ter criado este magnífico centro, que em 1984 tive a honra de inaugurar, quando era Ministro da Educação, e que se deve à iniciativa, dinamismo e consciência cívica e cultural da Fundação Eng. António de Almeida e do seu presidente, o Dr. Fernando Aguiar Branco, a quem quero publicamente prestar a homenagem que lhe é devida, pela sua acção clarividente e rasgada em favor da irradiação da UNESCO em Portugal e nos países de língua portuguesa.

O Centro UNESCO do Porto é, na verdade, antes de mais, um lugar de encontro dos povos que falam a mesma língua e cooperam fraternalmente entre si, num polígono de civilizações e culturas que mutuamente compartilham, no respeito das suas identidades e das suas diferenças, enfrentando juntos o presente e o futuro, as grandes batalhas pela eliminação do analfabetismo, pela promoção da educação e da formação profissional, pelo progresso da ciência e da tecnologia, pelo desenvolvimento equilibrado e contínuo, pela defesa do ambiente natural e cultural, pela valorização dos recursos humanos, pela criação do livre pensamento, na literatura e nas artes.

A presença de Portugal na UNESCO e da UNESCO em Portugal ficou bem patente na última conferência-geral, onde o nosso País foi eleito para múltiplas instâncias, como o comité do programa intergovernamental da informática, o conselho intergovernamental do programa hidrológico internacional, o comité intergovernamental do programa internacional para o desenvolvimento da comunicação, o comité jurídico e, enfim, o comité intergovernamental para a década mundial do desenvolvimento cultural, lançada pela Organização das Nações Unidas, e de que a UNESCO é a agência líder.

Ao vir apresentar hoje e aqui a tradução portuguesa do Guia dessa década, o Director-Geral mostra o seu empenhamento na participação activa do nosso País nessa redescoberta da dimensão cultural do desenvolvimento, em que Portugal irá ser, sem dúvida,



*JOSÉ AUGUSTO SEABRA — A importância da redescoberta da dimensão cultural do desenvolvimento*

como ao longo da sua história, um medianeiro inter-cultural por excelência, entre os povos do Norte e do Sul, do Oriente e do Ocidente, que, um dia, através das descobertas, pôs em contacto.

Uma prova exaltante dessa diversidade e universalidade cultural foi sem dúvida a celebração este ano, na UNESCO, do centenário do nascimento de Fernando Pessoa, símbolo da língua que fez sua pátria e mátria, ao mesmo tempo que da aptidão dos portugueses para o diálogo com outras línguas, em que também escreveu a sua obra. A larga repercussão que tiveram essas comemorações, a que se dignou presidir o Prof. Federico Mayor, e a que o Centro UNESCO do Porto, ao lado da missão permanente de Portugal, deu um contributo decisivo, mostrou bem como de Camões a Fernando Pessoa a «Mensagem» editada na colecção de obras representativas da UNESCO é neste século a expressão suprema, como outrora «Os Lusíadas».

## A realidade palpável das nossas comunidades intelectuais

Mas também no âmbito do património construído pelos portugueses no Mundo, bem como no das descobertas científicas, o nosso País afirmou recentemente a sua imagem na UNESCO, em sucessivas exposições, conferências e publicações. E aí estão os inúmeros projectos em que, quer no âmbito do programa de participação, quer no do programa regular, Portugal tem levado por diante, para comprovar, além da imagem, a eficácia da cooperação multilateral no âmbito da UNESCO.

De assinalar o papel precioso que a comissão nacional da UNESCO, aqui representada pelo seu presidente em exercício, o senhor Almirante Barahona Fernandes, desempenha em todos os domínios da acção da UNESCO em Portugal, como a expressão de que é da nossa comunidade intelectual.

Dos direitos do homem aos direitos do autor, da educação de adultos ao ensino à distância, do estudo da reinserção escolar dos filhos dos emigrantes às classes transplantadas, da pesquisa na área das ciências exactas à das ciências sociais e humanas, da defesa do património natural à protecção do patrimônio cultural — como aconteceu com a reconstrução de Angra do Heroísmo e se espera que aconteça com a do Chiado — a UNESCO tem prestado a Portugal inestimáveis serviços.

E não quero deixar de relevar, ainda, na presença de dois dos seus digníssimos representantes, o Embaixador de Angola junto da UNESCO, Domingos Van-Duunen, e o Conselheiro da Embaixada do Brasil, Dr. Macedo Soares, em representacção do Embaixador José Montello, a fecundidade da cooperação no seio da UNESCO com os países de língua portuguesa, quer na defesa comum dessa língua, não só como língua oficial mas como futura língua de trabalho, quer no quadro dos projectos interregionais.

O encontro sobre a «Interdependência e o Desenvolvimento Cultural» primeira realização da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural no nosso País, a que o Prof. Federico Mayor assistiu em Lisboa, foi a demonstração das potencialidades dessa cooperação cultural multilateral, a que o nosso País irá dar sequência, com a criação do Centro Norte-Sul.

Mas a acção da Unesco em Portugal, processa-se, por vezes, menos visivelmente, mas não menos fecundamente, como por exemplo nas «escolas associadas», algumas das quais estão aqui representadas hoje e cuja devoção à causa da UNESCO quero saudar, bem como a das associações culturais e das entidades autárquicas que aqui se quiseram deslocar, mostrando a sua confiança na capacidade da UNESCO para superar as suas dificuldades, sob a orientação do seu actual Director-Geral.

Aqui tem, Prof. Federico Mayor, a realidade palpável das nossas comunidades intelectuais — desde as da Educação básica às do Ensino Superior — que amanhã encontrará bem patentes na nossa Universidade do Porto — desde as da cultura popular às da cultura erudita, desde as enraízadas na civilização ancestral às abertas a uma modernidade e a uma pós-modernidade em acto, que o novo Portugal democrático está a construir, na Europa e no mundo inteiro, com o seu espírito ao mesmo tempo patriótico e universalista.

Por isso pode partir do Porto certo de que os portugueses levarão a cabo a «Nova Renascença» cultural de que falavam os poetas Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa, irmanados numa «Renascença Portuguesa» que eles profetizavam como o reencontro das civilizações, das culturas e dos povos, numa «saudade imensa de um futuro melhor», a que a UNESCO, estamos certos, sob a sua direcção, saberá dar corpo.

Fernando Condesso no PE

# A Europa precisa de uma dimensão militar

A propósito da política europeia de Defesa e da adesão de Portugal à União Europeia Ocidental, o deputado social-democrata Fernando Condesso defendeu no Parlamento Europeu que a Europa não pode continuar por muito tempo a ser apenas uma potência civil. Ela tem de estar apta a defender os seus próprios interesses, concluiu o mesmo.

«Que vai fazer a Comunidade no âmbito dos problemas de Segurança?

Somos uma entidade económica e até já política, mas ainda sem dimensão militar.

De qualquer modo, 11 dos estados comunitários são membros de uma aliança; dois dispõem de armas nucleares; no conjunto possuímos um poderoso dispositivo de forças convencionais e todos têm interesses próprios que são comuns a defender no seio da OTAN e em face de terceiros.

O Acto Único impõe à Comunidade que enquadre e execute uma política de segurança dos seus Estados, no plano político, económico, industrial e tecnológico. Mas é possível fazê-lo, eficazmente, sem considerar, também, os aspectos militares do problema?

Antes, já o Tratado de Roma, no seu preâmbulo, impunha aos Estados comunitários que trabalhassem para estabelecer uma zona de paz na Europa. Como é isto possível sem o tratamento das questões de defesa? E como é possível fazê-lo sem ter posições comuns?



A Europa tem de poder estar em condições de proteger os seus interesses vitais, como, por exemplo, as linhas de comunicação marítimas que asseguram o seu aprovisionamento em energia e materiais estratégicos para as suas indústrias.

É a OTAN que, há muito, assegura, eficazmente, a defesa da Europa, mas é urgente a criação de um pilar europeu da Aliança, que dê expressão às concepções que interessam, especificamente, à defesa do nosso espaço territorial.

Os problemas globais que se prendem com a Segurança da Europa terão de ser expressos através da CEE, da CPE e da UEO, cujo alargamento a todos os países comunitários defendemos, como meio para a integração futura deste tratado no corpo normativo institucional das Comunidades.

Congratulamo-nos, pois, com a assinatura, esta semana, dos acordos da adesão de Portugal a esta organização de defesa Europeia.

A Europa tem de estar preparada para participar em todas as negociações multilaterais em que está implicada, ajudar a reduzir as tensões nas zonas de conflito com influência na nossa própria segurança e proteger, se necessário, os seus interesses vitais.

A Europa não pode continuar por muito mais tempo a ser apenas uma potência civil. Terá, cada vez mais, interesses próprios e, por isso, terá que estar cada vez mais apta a poder defendê-los.

Protocolo de adesão assinado em Londres

# Portugal aderiu à UEO



*O Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, assina o Protocolo de Adesão à UEO*

APÓS um período de quatro anos, altura em que pela primeira vez as autoridades de Lisboa manifestaram o desejo de aderirem ao Tratado de Bruxelas, Portugal é, agora, membro de pleno direito da União Europeia Ocidental. O processo de negociações definitivas, iniciado em Abril passado, chegou ao fim e o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, afirmou que Portugal aceita, «sem reservas», o seu novo estatuto naquele fórum político europeu.

O protocolo de adesão de Portugal à União Europeia Ocidental foi assinado, a semanda passada, em Londres, durante a conferência ministerial da organização, numa cerimónia em que estiveram presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, e Eurico de Melo, o titular da pasta da Defesa.

Um processo iniciado há quatro anos, mas cujas negociações definitivas datam apenas de Abril deste ano, chega, assim, ao fim, com a aceitação de Portugal, e também da Espanha pois o processo de adesão foi simultâneo para os dois países, como membro de pleno direito da organização. A partir de agora, Portugal e a Espanha participarão em todas as reuniões da UEO, embora ainda como observadores mas com uma presença idêntica à dos outros membros, até o protocolo de adesão ser ratificado por todos os Estados que integram a organização, processo que poderá levar, ainda, alguns meses. Só então os dois países serão, efectivamente, considerados membros de pleno direito.

A União Europeia Ocidental é uma estrutura, essencialmente, política cujo objectivo básico é a defesa convencional e nuclear da Europa e era constituída, até agora, pela Alemanha Federal, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Holanda e Grã-Bretanha. após a Plataforma de Haia de 1987, reunião que marcou um ponto de viragem na organização pela defesa da revitalização do seu papel na política de defesa europeia, que a organização tem atravessado um período de relançamento, particularmente no que diz respeito à sua acção na consolidação do pilar europeu da Aliança Atlântica.

Aliás, todas as declarações formais feitas durante a assinatura do protocolo de adesão de Portugal e da Espanha focaram, precisamente, esta questão e a necessidade de existir uma maior cooperação entre todos os Estados membros da UEO, no que respeita aos sectores da defesa e da segurança.

## «Sem reservas»

Foi com a expressão de que Portugal aceita «sem reservas» os princípios consignados na Declaração de Roma e na Plataforma de Haia que João de Deus Pinheiro afirmou que a União Europeia Ocidental tem um papel muito importante a desempenhar e que, conjuntamente com os seus aliados, Portugal deseja contribuir para o processo de revitalização da organização. Por outro lado, considerou o ministro dos Negócios Estrangeiros, um esforço na área da defesa europeia não só aumentará a credibilidade do conceito do pilar europeu da Aliança Atlântica, como também «constitui uma contribuição vital para uma cooperação ainda mais estável e coesa no sector da defesa».

Aliás, esta questão já tinha sido abordada pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, na Assembleia da NATO, realizada em Maio passado, na Madeira, quando se referiu à importância do reforço da defesa do Ocidente e do aumento da coesão da Aliança Atlântica, e à flexibilidade política da UEO, enquanto foro específico europeu como vantagem adicional para essa defesa. Cavaco Silva afirmou, na altura, que a União Europeia deveria exercer a sua acção, essencialmente, no campo político, mas mantendo-se e aperfeiçoando-se na estrutura militar integrada da Aliança Atlântica.

Da parte da União Europeia Ocidental, Sir Geoffrey Howe, ministro dos Estrangeiros britânico, afirmou, durante a assinatura do protocolo em Londres, que a adesão de Portugal e da Espanha à organização «marca um dia histórico para a Europa e que ambos os países partilham a percepção comum dos valores europeus».

Neste contexto, João de Deus Pinheiro sublinhou, ainda, que o objectivo da União Europeia Ocidental de contribuir para a unificação da Europa não deve ser desligado do reforço da segurança do «velho continente», tanto internamente, como através do reforço da Aliança Atlântica assente em dois pilares ligados por valores e interesses comuns, o americano e o europeu.

I Convenção do Partido Social e Liberal Democrata Britânico

# Rui Amaral: Somos a alternativa mais credível para a construção da Europa

NA qualidade de representante do Grupo Liberal, Democrático e Reformista do Parlamento Europeu, o deputado social-democrata Rui Amaral participou, recentemente, na I Convenção do Partido Social e Liberal Democrata Britânico, agora constituido, e que resultou da fusão de várias forças políticas. Na sua intervenção, Rui Amaral não deixou de considerar que tentaria transmitir os sentimentos do seu Grupo e, também, do Partido Social Democrático português *«e nestes termos porque ainda não foi possível produzir um programa integral e uma estratégia completa para a Europa e para nós próprios no meio dessa Europa,» conforme sublinhou.*

No entanto, deixou bem claro que o seu Grupo político no Parlamento Europeu tenta, cada vez mais e melhor, ser a expressão real dos pensamentos e dos ideários social-democrata e liberal naquela instância comunitária.

Parte importante da sua intervenção foi quando, e referindo-a como um parantesis ao seu discurso, se referiu á evolução política do seu país.

A este propósito afirmou Rui Amaral: «Há pouco mais de dez anos atrás a presença social-democrata na política portuguesa era vista, em Portugal e no estrangeiro, como um grupo simpático de pessoas tentando ocupar um pequeno espaço entre comunistas e socialistas, de um lado e conservadores e cristãos democratas do outro.

Ninguém aceitava que podiamos ser um Partido importante e muitos pensavam que procurávamos somente uma pequena posição central tentando influir no processo de decisão política à direita ou à esquerda.

Mas a verdade é que nós tinhamos um programa claramente social democrata com muitas contribuições históricas provindas de diferentes áreas ideológicas. Sabiamos também que os nossos objectivos se identificavam com os objectivos: dos trabalhadores que querem trabalhar e vencer; dos que pretendem investir e correr riscos obtendo os naturais e adequados proveitos; dos jovens que aspiram a ter um futuro com esperança e progresso; dos mais idosos, das mulheres, dos pobres, dos deficientes e de todos os grupos marginais da nossa sociedade, todos imanados no seu querer e no seu direito de partilhar uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária e participar na nossa luta comum pelas reformas que nos conduzam a uma sociedade democrática com iguais condições de acesso à cultura, à economia e á sociedade.

Porque sabíamos que estes eram os objectivos essenciais do nosso povo, porque éramos claros acerca destes mesmos objectivos, e porque convencemos os portugueses que queriamos tentar levá-los à prática, correndo os riscos políticos do poder em democracia, dez anos mais tarde vencemos. Tivemos 51% dos votos dos Portugueses num sistema de quatro partidos fundamentais.»



RUI AMARAL

No resto da sua intervenção, Rui Amaral focou, essencialmente, a construção da Europa, adiantando que se porventura os sociais-democratas não têm uma ideia única e completa sobre a Europa que estão a construir, não a têm, pelo menos de forma integral, porque é obviamente impossível definir e observar uma estratégia a longo prazo nesse sentido.

«— Que Europa queremos nós?

— Queremos de facto uma Europa política, económica, social e cultural? — Sim ou não?

Devemos ser claros sobre estes pontos essenciais. A clareza é a chave da confiança popular e a confiança popular é, por sua vez, a chave do sucesso e da liderança política.

— Desejamos ou não, a nível Europeu, ou seja, ao nível de *cada país e em todos os países membros,* liderar um movimento Livre e democrático em direcção à União Europeia, ou, pelo contrário, não estamos nós plenamente convencidos do que pretendemos e do que devemos fazer enquanto políticos?

A primeira condição para o exercício do poder é acreditar nas nossas próprias convicções e a segunda condição é *desejar* exercer o Poder democrático para as pôr em prática. *Exercer o poder e Lutar por isso no seio dos nossos cidadãos não é a mesma coisa que partilhar uma pequena e sempre parcial parceria do poder, limitando-nos a lutar por influenciar os objectivos e os projectos de outrém.*

*A Europa sem a Grã-Bretanha não é a Europa que desejamos, não somente porque o povo britânico é uma parte essencial dos mais importantes valores fundamentais da vida em sociedade, mas também porque os sociais democratas e liberais britânico é uma parte essencial dos mais importantes valores fundamentais da vida em sociedade, mas também porque os sociais democratas e liberais britânicos partilham connosco, ou, pelo menos, com uma parte de nós, este sentimento corajoso de responsabilidade e de poder político democráticos. E se esta coragem e esta determinação é vital para o vosso sucesso eleitoral no vosso próprio país, não o é menos para todos nós, europeus em conjunto, para a definição de uma estratégia comum.*

*O meu segundo ponto de reflexão diz respeito ao papel e ao lugar do Reino Unido na Comunidade Europeia.*

*O projecto Europa não é mais uma questão abstrata ou simplesmente filosófica.* Deve sê-lo também, é óbvio, e voltarei a esta questão mais tarde, *mas o projecto Europeu é algo para que já assumimos todos um comportamento muito amplo e profundo.*

Podemos afirmar que não participastes na redacção dos Tratados e esse facto pode ter sido nesse tempo já uma falta vossa grave, tanto para o Reino Unido como para a Europa.

Mas a *adesão britânica às Comunidades foi uma questão largamente discutida entre vós ao longo de muitos anos. E, depois disso, a Nação decidiu, com plena consciência, aderir e, com a adesão, partilhar o projecto comum.* Em seguida, estivestes muito activos, como é vosso timbre; nas discussões que se concluiram com a aprovação do Acto Único Europeu.

*O Acto Único Europeu contém as assinaturas dos Chefes de Estado e de Governo de todos os países membros e, no caso do Reino Unido, tem mesmo a assinatura pessoal da vossa actual Primeira Ministra.* Finalmente, depois disso, o Acto Único Europeu foi largamente discutido e ratificado pelos Parlamentos de todos os nossos países, *ou seja, aprovado pelos nossos povos.*

Nestes termos, *as regras estabelecidas e a consecução de todos os objectivos fixados nas datas comunmente aceites, constituem um compromisso inalterável, como democratas que somos, e uma imposição, como políticos e líderes de opinião.*

*O nosso compromisso europeu é já uma coisa muito séria porque é claro que, como democratas que somos, devemos pretender ser julgados pela forma como somos capazes de levar a cabo os nossos compromissos públicos, e não somente pelas intenções que tivermos demonstrado.*

E, por outro lado, é ainda muito sério porque os compromissos já assumidos implicam claramente a transferência de parcelas dos poderes nacionais que são parte integrante da soberania, para uma instância comum.

*Obrigámo-nos, com o Acto Único Europeu, a edificar um grande Mercado Interno sem fronteiras ou barreiras de qualquer espécie à livre circulação e ao livre estabelecimento de pessoas, de capitais, de serviços e de mercadorias.*

Obrigámo-nos igualmente a construir uma política comum do ambiente, numa política comum de investigação cientí-

*(Continua na página 14)*

# JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

**JOVEM REFORMISTA**

**ANO V • N.º 384 • 23 DE NOVEMBRO DE 1988**

COORDENADOR
**PEDRO GOMES**

COORDENADORES-ADJUNTOS
**MANUEL DUARTE**
**PAULO GUEDES DA SILVA**

**SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 728**


**NESTA EDIÇÃO**


- COMUNICADO DA CPN/JSD
- TRIBUNA PARLAMENTAR
- ENSINO


*EDITORIAL*

## COLUNA DA ESQUERDA

*«Há um momento para tudo e um tempo para cada coisa»*

*(Livro do Eclesiástico)*

**Desta vez faltam-me mesmo as palavras.**

**Poderia talvez falar da Revisão Constitucional, da adesão de Portugal à UEO, comentar os desafios que se colocam à JSD, poderia... Não vou falar de nada disto na coluna da esquerda da primeira página do «Jovem Reformista».**

**Vou, isso sim, invocar a palavra, tentando preencher os «linguados» assustadoramente brancos para dizer que, pela última vez, assino um editorial como Director do «Jovem Reformista».**

**Durante dois anos procurámos fazer do «Jovem Reformista» o verdadeiro baluarte da JSD. Poderemos não o ter conseguido, mas sinceramente tentámos.**

**No momento de deixar a direcção do órgão oficial da maior organização política de juventude a minha última palavra é de saudação para o novo Director e para a sua equipa, os quais saberão concretizar o diálogo com a juventude, com a circunstância do final de década, cujo sentir será espelhado nas páginas do nosso jornal.**

**PEDRO GOMES**




# REUNIÃO DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL DA JSD

## COMUNICADO FINAL

A Comissão Política Nacional da JSD reunida no Porto pela primeira vez após o VIII Congresso Nacional da JSD, deliberou:

1. Saudar os congressistas da JSD pela forma elevada com que durante três dias discutiram e aprovaram novas linhas de orientção para a maior organização da juventude portuguesa.

2. Solicitar a sua excelências o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro audiências para entrega das conclusões do VIII Congresso que a cada orgão de soberania dizem respeito.

3. Iniciar, num processo participado e motivador, a elaboração do plano de actividades para os próximos dois anos que concretize o Grito de Geração que o Congresso aprovou, para o que decidiu convocar uma reunião com os Presidentes das estruturas intermédias residênciais e outra com os dirigentes das estruturas estudantis, de forma a que, com as suas sugestões o submeta ao Primeiro Conselho Nacional a reunir em Janeiro.

4. Convocar uma reunião com o Grupo de Deputados da JSD de forma a avaliar da sua estrutura e funcionamento, potenciando, no interesse da JSD, os seus recursos e possibilidades.

5. Distribuir os principais pelouros e responsabilidades entre os membros da Comissão Política Nacional e definir a composição e estrutura do Departamento de Assuntos Governativos que visa acompanhar criticamente a acção política dos orgãos de soberania, bem como propor ao Conselho Nacional a eleição de Luís Barros de Figueiredo como Director do Gabinete de Estudos Nacional e Paulo Guedes da Silva como Director do Orgão Oficial, «Jovem Reformista».

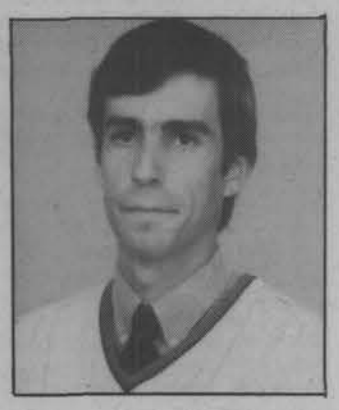
6. Enfatizar os desafios «Lutar Contra o Centralismo, Vencer no Poder Local» e «Afirmar Portugal, Aproximar a Europa» aprovados pelo VIII Congresso Nacional, destacando para eles recursos humanos e financeiros.

7. Mandatar o Deputado Jorge Paulo Cunha para apresentar na Assembleia da República as posições da JSD sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 1989 e defender o relatório aprovado na Comissão Parlamentar de Juventude, apenas por maioria, por cobardia política dos deputados das outras organizações de juventude nela representadas.

*Pela Comissão Política Nacional,*
*O Presidente*

**CARLOS MIGUEL COELHO**

## tribuna parlamentar



***Transcrevemos na íntegra, a intervenção do deputado Jorge Paulo Cunha, na discussão da Proposta de Lei n.º 78/V, referente ao controlo dos produtos biológicos e das instituições que se dedicam a essa actividade***

**Senhor Presidente,**

**Senhores Membros do Governo,**

**Senhores Deputados**

O artigo 64.º da Constituição na sua alínea e) afirma competir ao Estado — disciplinar e controlar a produção, comercialização e o uso dos produtos biológicos.

Nesse sentido, a Proposta de Lei n.º 78/V hoje aqui em discussão se enquadra bem como, no cumprimento de uma promessa do Ministério da Saúde, reafirmada no debelar do debate sobre o pedido de Inquérito Parlamentar n.º 3/V, discutido neste plenário em 20/4/1988.

Como foi afirmado pelo P.S.D. nesse debate a situação neste sector não era brilhante, com alguma confusão legislativa, decorrente da coexistência da legislação obsoleta quando não contraditória nos seus princípios, como (Decreto-Lei de 1958), e os (Decretos Regulamentares de 1976 e 1982).

Se não se atingiram situações de ruptura foi tão somente porque os diversos profissionais ligados a essa actividade, com o seu empenhamento ultrapassaram muitas vezes condicionalismos e insuficiências diversas nos seus locais de trabalho.

Num País com um dos mais baixos índices de dádiva de sangue per capita e por cama hospitalar, que se reflecte no dia a dia dos serviços de Saúde era urgente a restruturação dos serviços que têm como tarefa a recolha, o tratamento, transposte e a administração desse produto biológico de insubstituível importância.

Aproveito a circunstância para saudar os Partidos da Oposição, especialmente o Partido Renovador Democrático por reincidir neste tipo de iniciativa legislativa. Penso mesmo ser desta forma que estas ques-

*(Continua na página 10)*

destaque

# O GRANDE MERCADO EUROPEU

Prevista para finais de 1992, a realização do mercado interno europeu (1) contribuirá para a regeneração da indústria e dos serviços. Propiciará um aumento duradouro de prosperidade a todos os cidadãos europeus, o que representa uma economia de cerca de 200 a mil milhões de ECUs para as empresas (2) e — a médio prazo — 2 a 5 milhões de novos empregos, bem como um ganho de 5 a 7% de crescimento económico não inflacionário.

Tais são as principais conclusões de um estudo científico que a Comissão Europeia mandou realizar para avaliar as vantagens do Mercado Único (3). Este estudo confirma igualmente aquilo que suspeitavam todos aqueles que participam na construção da Europa: a não realização do Mercado Único custou milhares de milhões a indústria europeia, sob a forma de despesas supérfluas e de oportunidades perdidas.

O estudo não se contenta em quantificar os custos elevados que pagamos actualmente, devido aos controlos nas fronteiras que compartimentam a Economia da Comunidade em doze mercados separados. Calcula também o valor das enormes possibilidades que a realização do mercado interno oferecerá em matéria de crescimento, de criação de emprego, de economias de escala, de melhoria da produtividade e da rentabilidade, do saneamento das condições de concorrência, modalidade para os trabalhadores e as empresas, de estabilidade dos preços e de um aumento das possibilidades de escolha para os consumidores.

De acordo com as estimativas, as vantagens económicas, no total, serão da ordem dos 170 a 250 mil milhões de ECUs ao preço de 1988. Isto aumentará em 5% o PIB (Produto Interno Bruto), correspondente ao da Comunidade em 1988. O ganho a médio prazo poderia mesmo, dentro de cinco a seis anos, aproximar-se dos 7% mediante um esforço de política económica. Tal calculo tem em consideração, não apenas as economias realizadas graças à eliminação das barreiras que afectam directamente o comércio intracomunitário (trata-se, essencialmente, das formalidades nas fronteiras internas e das demoras por elas provocadas), mas também as actividades dos novos operadores no mercado e, por conseguinte, o livre jogo da concorrência. A isto vêm juntar-se as economias de custo que as empresas podem realizar tirando melhor partido das potenciais economias de escala oferecidas por um grande mercado único, para o qual se pode produzir em maiores quantidades. Estas vantagens começarão a concretizar-se a curto prazo, permitindo o aumento da produção cobrir os investimentos em capitais fixo, através de um aumento do volume de vendas. Mas serão sobretudo perceptíveis a longo prazo, à medida que as empresas e as unidades de produção se adaptarem e se aproximarem dum nível de produção óptimo.

Finalmente, serão realizados outros ganhos de eficácia, graças à intensificação da concorrência, que afectará certos elementos tais como as despesas gerais e a adequação da mão-de-obra e da gestão em geral às necessidades da produção, no contexto do grande mercado que imporá uma reavaliação das estratégias comerciais e um aumento do esforço de inovação técnica.

Por outro lado, o estudo mostra que todos os efeitos decorrentes da integração do mercado comunitário, através da eliminação dos controlos nas fronteiras internas, da abertura dos mercados públicos, da liberalização dos serviços financeiros, etc. e outros efeitos do lado da oferta se conjugarão, a médio prazo, para:

evitar, no contexto de forte relançamento da actividade económica e de uma melhoria do emprego e do nível de vida, uma tensão da economia, graças a uma deflação dos preços ao consumidor de 6% em média;

diminuir os constrangimentos orçamentais e externos, melhorando o saldo orçamental dos Estados membros numa proporção correspondente, em média, a 2,2% do PIB e consolidando a posição externa da Comunidade Europeia — o saldo das suas trocas e pagamentos com o resto do mundo — numa proporção vizinha de 1% do PIB.

As consequências no emprego seriam palpáveis: em cinco ou seis anos, perto de 2 milhões de novos empregos seriam criados na Comunidade, e tal número poderá ser elevado até aos 5 milhões, mediante políticas económicas de acompanhamento.

**Génese de um estudo**

Em nome da Comissão Europeia, o seu vice-presidente encarregado do Mercado Interno, Lord Cockfield, convidou em 1986 o Sr. Cecchini, conselheiro especial da Comissão, a organizar um estudo aprofundado do impacto económico provável da realização do programa de acção definido no «livro branco» sobre a realização do mercado interno, publicado em 1985.

O projecto incluía:

estudos das diversas categorias de entraves às trocas (por exemplo, as demoras nas fronteiras);

estudos sobre as desvantagens que afectam deste modo as indústrias transformadoras (por exemplo, a indústria alimentar, a indústria farmacêutica, o sector automóvel, o do equipamento de telecomunicações...);

estudos sobre os principais fenómenos económicos pertinentes (economias de escala, estrutura das indústrias, incidência da concorrência no comportamento das empresas, etc.);

um inquérito de opinião de 11 000 industriais, cobrindo todos os países membros e todos os ramos industriais;

um modelo econométrico para a agregação dos resultados dos dados microeconómicos em resultados macroeconómicos globais.

O Sr. Paolo Cecchini e seus colegas juntaram os resultados do estudo num livro que deverá ser publicado em todas as línguas da Comunidade e difundido por editores privados nos Estados membros. A Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão forneceu elementos precisos sobre a análise económica subjacente, num número especial (Março de 1988) da revista «Economia Europeia».

Por outro lado, a Comissão publicará três volumes de documentos de trabalho resumindo os resultados dos inúmeros estudos sectoriais e inquéritos junto das empresas. A Comissão publicará igualmente, como documentos, os relatórios completos sobre os estudos efectuados pelos consultores.

**Resultados muito elucidativos**

Os nossos dois gráficos resumem, respectivamente, as estimativas microeconómicas e macroeconómicas das consequências da realização do mercado interno.

Com efeito, foram levados a cabo dois tipos de avaliação: uma primeira abordagem permite medir os efeitos com o auxílio dos conceitos microeconómicos e uma larga ventilação por sectores; uma segunda abordagem fornece, por seu turno, resultados expressos com o auxílio dos agregados habituais da macroeconomia: PIB, inflação, emprego, etc. Ambos os tipos de abordagem se baseiam nas mesmas fontes de informação e são, pois coerentes, deste ponto de vista. Os resultados podem, todavia, diferir um pouco, visto basearem-se por vezes em hipóteses diferentes (de natureza metodológica ou de política económica).

**Avaliação microeconómica**

• os custos directos das formalidades nas fronteiras e dos custos administrativos daí resultantes para o sector público e para o sector privado deveriam ser da ordem de 1,8% do valor das mercadorias comercializadas na Comunidade;

• a estes custos juntam-se os resultantes, para a indústria, de outras barreiras identificáveis no âmbito do mercado europeu, tais como as regulamentações técnicas e outras. Segundo os industriais interrogados aquando dos inquéritos de opinião, eles deveriam representar em média um pouco menos de 2% do conjunto das suas despesas.

*(Continua na página 9)*

# NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

## Porto — Secção Ocidental

No passado dia 19, foram eleitos em plenário de Secção, os novos orgãos da Secção Ocidental do Porto.

A Comissão Política foi eleita com 92 votos a favor. Em relação, aos Conselheiros Distritais, apresentaram se duas listas a sufrágio, tendo a lista A obtido 73 votos e a lista B, 19.

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — Mário Jorge Rebelo;Vice-Presidente — Renato Vieira Antunes; Secretário — M.ª Conceição Sousa; Vogais — Paulo Luciano Dinis, Nuno Miguel Mariz, Sérgio Vieira, Pedro Braga, Miguel Oliveira, João Pinto; Suplente — Mário Artur Valente.

CONSELHEIROS DISTRITAIS

Lista 'A'

Manuel Antero Pinto, José pedro Mariz, João Pedro Pimenta, Nuno Miguel Mariz, Renato Vieira Antunes, Paulo Luciano Dinis, João Manuel Fonseca, Conceição Sousa, Mário Sérgio Pinho, Pedro Braga, Sérgio Vieira, Miguel Oliveira, M.ª João Alonso, Nuno Silva Fonseca.

Lista 'B'

Rui Alberto Caldeira,Miguel Paulo Cardoso.

## Parede

Realizou-se no passado dia 16 de Novembro o Plenário da Secção da Parede, que contou com a presença de José Eduardo Martins da CPDL e a Presidente da Secção de Cascais, elegendo a seguinte:

COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO DE PAREDE

Presidente — João Carlos Dias Coelho; Vice-Presidentes — Luís Miguel Mourão Grincho, Pedro Miguel Gonçalves de Magalhães; Secretária — Maria de Lurdes Pereira Almeida; Vogais — Maria Teresa Carvalho, Miguel José Santos Costa, Humberto Paulo Mesquita d'Abreu, Nuno Pereira de Almeida, Tiago Dias Lisboa.

## PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO POLÍTICA DA PAREDE

A equipa que constitui a Comissão Política de Secção, pretende fundamentalmente dar continuidade ao trabalho que vem a ser desenvolvido na Parede, visando o aumento de participação dos militantes e o crescimento do número de filiados.

Pretendemos igualmente a definição de uma estratégia autárquica clara para a JSD da Parede, o que passa por uma reflexão conjunta com os autarcas jovens e do Partido, bem como se torna importante uma melhor disciplina e dinamização da nossa organização.

Julgamos importante as relações de cooperação com o PSD local visando as eleições que se aproximam. Queremos criar espaço de diálogo permanente entre todos os militantes e dignificar a JSD em todos os orgãos em que se faça representar.

Assim, traçamos como linhas gerais de acção:

1. A JSD e a Sede

a) Levantamento das carências da Sede (reparações, utilização de salas, W.C., varanda, bar, etc.)

b) Definição do horário de funcionamento

c) Sistema de cobrança de quotas e eventual cooperação entre as Secretarias (JSD/PSD)

d) O funcionamento do bar

2. Organização interna

a) Periocidade das reuniões da Comissão Política

b) Definição de competências entre os membros da Comissão Política

c) Rastreio de militantes

d) Criação de um núcleo de Estudantes Sociais Democratas na Escola Secundária de Parede, e dinamização de actividades associativas

e) Desenvolvimento de um Programa de Acção nas seguintes áreas:

—Boletim Informativo
— Colóquios
— Festas-Convívio
— Rally-Paper
— Torneios Desportivos

3. A JSD da Parede no Concelho

a) Cooperação e definição de propostas de acção comum ao nível recreativo, cultural e de estratégia política

b) Participação em projectos comuns a propor ao PSD

4. Estratégia Autárquica

a) Levantamento da situação da Freguesia

b) Definição de um Projecto Jovem para a Freguesia da Parede, nomeadamente:

— Construção do Centro de Juventude da Parede
— Criação de áreas de lazer e zonas verdes
— Descongestionamento do trânsito na Parede, com a criação de áreas de convívio e percursos pedonais
— Projecto de animação cultural e desportiva com colectividades

c) Preparação de uma representante digna nas Autarquias por parte da JSD

Em reunião de 20.11.88 deliberaram-se timings de acção, definição de pelouros e reunião ordinária semanal, bem como reuniões de apresentação com as Comissões Políticas do Concelho, Comissão Política Distrital de Lisboa, Comissão Política PSD e Vereador da Juventude da CMC.

lê, divulga
JOVEM reformista

destaque

# UM TRUNFO PARA A ECONOMIA E O EMPREGO

## PARTE I

(Continuação da página 8)

Estes números, cujo total representa cerca de 3,5% do valor acrescentado industrial, reflectem, especificamente, de um ponto de vista estático, o custo das barreiras identificáveis. O total das vantagens que, de um ponto de vista dinâmico, se poderia esperar da total integração dos mercados em termos de concorrência é todavia muito mais importante.

• Em particular, certas industrias e ramos do sector dos serviços, que estão actualmente sujeitos a restrições de acesso ao mercado, poderiam beneficiar de reduções em percentagem dos custos e dos preços muitos mais elevados. É o caso, entre outros, dos ramos da indústria nos quais os mercados públicos desempenham papel importante (produção de energia, transportes, equipamentos de escritório ou de defesa), dos serviços financeiros (bancos, seguros e transacções sobre títulos), bem como dos transportes rodoviários e aéreos. Para estes sectores, as reduções de custos e de preços seriam muitas vezes na ordem de 10 a 20% e até mais, em determinados casos:

• o estudo mostra serem substanciais as economias de escala potenciais não exploradas pela indústria europeia. Em mais de metade de todos os ramos da indústria podem coexistir 20 empresas de dimensão eficaz no mercado da Comunidade, enquanto que os maiores mercados nacionais não poderiam suportar mais do que quatro cada um. Só um verdadeiro mercado interno pode, por isso, combinar as vantagens da eficácia técnica e económica, estando 20 empresas em melhores condições para garantir uma concorrência efectiva, do que quatro. Se compararmos a estrutura industrial actual com uma estrutura mais racionalizada, mas que ainda não fosse óptima, calcula-se que cerca de um terço da indústria europeia poderia beneficiar de reduções de custos que iriam — conforme os casos — de 1 a 7%. As economias de escala equivaleriam, em valor acumulado, a aproximadamente 2% do PIB;

• haverá outros ganhos em eficácia devidos à crescente pressão da concorrência. Eles dirão respeito, por exemplo, às despesas gerais, ao desenvolvimento da mão-de-obra, bem como à eficácia da gestão dos stocks. Os dados obtidos de toda uma série de fontes sugerem que estes factores podem ter uma importância considerável. Por outro lado, em situações que actualmente se caracterizam por monopólios, devido a regimes de protecção dos mercados nacionais, o desaparecimento ou enfraquecimento do monopólio acarretará vantagens para os consumidores, através das reduções de preços. Com efeito, se parte importante das diferenças de preços ao consumidor entre os diversos países membros da Comunidade se explica pela fiscalidade indirecta, o resto traduz a ineficácia e a compartimentação não concorrencial dos mercados.

No total, isto é, para todos os sectores, bem como para todos os tipos de economias de custos e de reduções de preços potenciais, o estudo concluiu por ganhos económicos da ordem de 4,25 a 6,25% do PIB, para a Comunidade no seu conjunto. Deste modo, chega-se a uma chaveta de 170 a 250 milhões de ECU's aos preços de 1988, para os 12 Estados membros.

O estudo não calculou sistematicamente a distribuição destas vantagens pelos Estados membros. É todavia evidente que todos deveriam beneficiar com isso. Como os dividendos potenciais da integração dos mercados são muitas vezes induzidos por métodos de produção mais racionais e custos unitários inferiores, os novos Estados membros poderiam registar ganhos superiores à média, sobretudo se se tiver em conta o apoio que a duplicação, recentemente decidida, dos fundos estruturais comunitários deveria trazer para o seu desenvolvimento.

### Simulação macroeconómica

O estudo incluiu igualmente certo número de exercícios de simulação macroeconómica que tinham por objectivo determinar a possível distribuição no tempo do impacto do programa 1992 e os resultados sobre determinadas variáveis económicas tais como o emprego e a inflação. Para tanto, os efeitos do programa mercado interno tais como caracterizados pelo cálculo microeconómico, foram agrupados em quatro grandes rubricas, tendo cada uma um tipo diferente de impacto macroeconómico:

• supressão das demoras e dos custos às formalidades nas fronteiras internas;

• abertura dos mercados públicos à concorrência;

• liberalização e integração dos mercados financeiros;

• efeitos mais gerais do lado da oferta, reflectindo as alterações de estratégia das empresas num novo ambiente concorrencial.

Os resultados dependem em parte da política macroeconómica que acompanha o programa 1992.

O impacto global manifestar-se-ia, primeiro, em termos de pressão no sentido da baixa dos preços e dos custos. Seguir-se-ia um aumento da produção com um ligeiro deslocamento. Ao fim de cerca de cinco a seis meses, poder-se-ia esperar um impacto acumulado de + 4,5% em termos de PIB e de - 6% em termos de nível de preços. Tendo em conta o conjunto dos efeitos de uma crescente integração económica no plano da produtividade e das inevitáveis reestruturações, o impacto no emprego seria certamente positivo a médio prazo, com um ganho bruto de cerca de 2 milhões de empregos.

Na hipótese de uma política macroeconómica mais activa, acompanhando a realização do grande mercado e beneficiando em pleno do novo potencial de crescimento e das margens de manobra não inflacionistas que ele traçaria nos saldos orçamentais e externos, os ganhos a médio prazo poderiam ir até aos 7% em termos de PIB; nesta hipótese, o número de empregos poderia atingir os 5 milhões, o que corresponde a cerca de um terço dos europeus actualmente à procura de emprego.

### Resultados de conjunto

Os cálculos microeconómicos e as simulações macroeconómicas reforçam-se mutuamente. Por outro lado, os resultados poderiam muito bem ser subestimados na medida em que excluem certos tipos de vantagens dinâmicas contínuas que a integração do mercado é susceptível de trazer. Estas vantagens seriam importantes, mas são muito difíceis de quantificar.

Refiram-se, a este respeito, três exemplos:

• é cada vez mais evidente que a taxa tendencial da inovação tecnológica na economia depende da existência ou não de concorrência; só um mercado integrado pode oferecer simultaneamente as vantagens da grande escala e da concorrência;

• efeitos dinâmicos de economias de escala e de aumento de know-how marcarão particularmente as indústrias de ponta de crescimento rápido, diminuindo os custos em função do aumento do total da produção acumulada de determinados bens e serviços; actualmente, a segmentação do mercado limita seriamente estas vantagens e prejudica os resultados em indústrias-chave de crescimento rápido e de futuro promissor;

• as empresas europeias são chamadas a redefinir as suas estratégias comerciais: de facto, é um dado adquirido que esta redefinição já começou. A plena integração do mercado interno favorecerá o surgimento de sociedades verdadeiramente europeias, cujas estruturas e estratégias estão melhor adaptadas e lhes garantirão uma posição forte no mercado. O estudo desenvolve, além disso, o argumento segundo o qual as vantagens do mercado único irão crescendo e multiplicar-se-ão ao aumentarem. Durante a primeira fase, a supressão das barreiras provocará vantagens modestas, técnicas e de curto prazo, mas à medida que a integração do mercado exercer o seu impacto nas estruturas da Economia, os benefícios tornar-se-ão muito mais importantes.

---

(1) Ver Dossier da Europa n.º 17/87: «A Europa sem fronteiras para um grande mercado interno».
(2) 1 ECU (unidade monetária europeia) cerca de 170.044 escudos com base no câmbio em vigor a 12 de Maio de 1988.
(3) Edição em língua portuguesa a ser publicada em Setembro de 1988 com o título «A grande aposta para a Europa — O desafio de 1992». Um relatório de Paulo Lecemini nas edições Editora Perspectivas e Realidades.
NOTA: in «Dossier da Europa» n.º 14/88

# CONVOCATÓRIAS

## ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos da JSD. convoca-se uma reunião do Plenário da Secção de Almada da JSD para o dia 4 de Dezembro de 1988, com início às 16 horas a realizar-se na Sede da JSD/ALMADA (sita na R. Francisco Andrade, 2), com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º Apreciação do Relatório de Actividades e Contas.
2.ºEleições:
a) Mesa do Plenário de Secção.
b) Comissão Política de Secção da JSD.

Notas: Nos termos do Regulamento Interno, as listas candidatas deverão ser entregues ao S. Geral da CPD/JSD até às 24 horas do dia 2 de Dezembro, que para o efeito se encontrará no referido dia na Sede da JSD/ALMADA entre as 21h e 30m e as 24.00 horas.

## AVEIRO — CONSELHO DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Interno, convoco o Conselho Distrital para o dia 26/11/88 pelas 14h30 a reunir na Sede da Secção de Agueda da JSD/PSD, sita na Rua Quinta das Oliveiras, n.º 9, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1.º Alteração ao Regulamento Interno do C.D. (sobre proposta da CPD Art.º 20 do R.I.)
2.º Análise da situação política.

## CASCAIS

Convoca-se o Plenário da Secção de Cascais da JSD para se reunir no próximo dia 26 de Novembro de 1988, pelas 16,30, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações
2 — Congresso JSD
3 — Autarquias

Estarão presentes os Delegados de Cascais ao VIII Congresso da JSD, a fim de darem conta da forma como o mesmo decorreu.

## LISBOA — SECÇÃO C

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, venho por este meio convocar o plenário de militantes da secção C, a reunir no dia 6 de Dezembro de 1988, pelas 21 h. 30, na Rua Cidade de Cabinda, n.º 6-cv, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações
2 — Eleição dos órgãos da secção

Nota: As listas candidatas ao acto eleitoral deverão dar entrada, junto da Mesa da Secção até 24 horas antes do acto eleitoral.

## LISBOA — SECÇÃO F

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, venho por este meio convocar o plenário da JSD da Secção F, para o dia 30 do corrente, pelas 21.00 h, na Sede de Secção, sita à R. da Aliança Operária, 66-A, em Lisboa.

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações
2 — Eleições dos órgãos
2.1 — Mesa do Plenário
2.2 — Comissão Política
2.3 — Conselheiros Distritais.
3 — Análise da situação política.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa do Plenário até 48 horas antes.

## PORTO — SECÇÃO LITORAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se um plenário da Secção Litoral a realizar no dia 19 de Novembro de 1988 pelas 21.30 h, sita à Rua do Teatro 145, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações
2 — Relatório de Contas
3 — Congresso Nacional
4 — Relatório de Actividades

## NESD — S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo do disposto do artigo dos Estatutos Nacionais da J.S.D., convoco o Plenário do Núcleo da Escola Secundária n.º a reunir em sessão extraordinária no dia 26 de Novembro de 1988 (26/11/88), na Sede da Comissão Política de Secção sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 17, nesta Cidade, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações
2 — Eleição da Comissão Política de Núcleo

Obs.: Isto para todos os militantes inscritos na J.S.D. da Secção de S. João da Madeira estudantes deste estabelecimento de ensino.

Deve ir munido do cartão de estudante.

Prazo de entrega de listas: Na Sede na rua acima referida, no dia 23/11/88 até às 21.30h. A urna encontra-se aberta das 15h. às 17.30h.

destaque

# ESTUDANTES DE V. F. DE XIRA REUNEM

***No passado mês de Outubro, realizou-se o 5.º Encontro dos Estudantes Sociais-Democratas do concelho de Vila Franca de Xira, onde foram abordados diversos temas, como o Movimento Associativo, a Reforma do Sistema Educativo e a transição da vida escolar para a vida activa***

5º ENCONTRO
ESTUDANTES SOCIAL-DEMOCRATAS
Uma Geração Empenhada!

Realizou-se no passado dia 22 de Outubro de 1988 na Escola Secundária Gago Coutinho (Alverca), o 5.º Encontro de Estudantes Sociais Democratas do concelho de Vila Franca de Xira.

Face à profundidade dos temas abordados (Movimento Associativo, Insucesso Escolar, Reforma do Sistema Educativo, Emprego pós-Escola bem como abertura aos jovens no Mundo do Trabalho) o 5.º Encontro de Estudantes Sociais Democratas mereceu de todos um interesse especial e sobretudo dos participantes que quebrando todos os protocolos e formalidades transformaram este Encontro num diálogo aberto, onde todas as questões foram exploradas, merecendo de todos os convidados uma resposta esclarecedora.

A abrir este Encontro esteve António Nobre, membro da Comissão Organizadora deste 5.º Encontro, que fez a análise do movimento associativo, seguido de Vítor Silva, Presidente da Comissão Política Concelhia da JSD de V.F.X. que interveio descrevendo a acção da Comissão Política no relacionamento com as Escolas e com as respectivas Associações de Estudantes.

Relativamente aos convidados e à ordem dos temas, seguiu-se a ordem abaixo referida:

A — Pedro Passos Coelho, membro da CPN da JSD que baseou a sua intervenção na análise do papel da JSD Nacional face aos jovens, aos seus problemas nas escolas, no emprego, na sociedade, referindo também a acção da Comissão Política Nacional ao longo dos dois últimos anos, junto dos orgãos dirigentes a fim de fazer face às lacunas de determinados assuntos relativos à juventude.

B — Dirigentes associados das Escolas Secundárias do Concelho, fazendo individualmente a análise do movimento associativo, Luís Pina (E.S.n.º 1 Alverca), Sandra Alves (E.S.Prof. Reynaldo dos Santos) e Cristina Murta (E.S. Forte da Casa).



*Um aspecto geral dos participantes no 5.º Encontro dos Estudantes Sociais Democratas de Vila Franca de Xira*

C — Posteriormente, Rui Rocha, estudante do Ensino Superior e ex-Presidente da CPC/JSD/VFX, referiu na sua intervenção alguns dos factos que poderão estar na origem do insucesso escolar verificado nos últimos anos, aludindo como exemplo, ao caso da Escola Secundária Prof. Reynaldo dos Santos, onde a interrupção das aulas por motivo de deficiências nas instalações terá estado na base de um acréscimo do n.º de reprovações.

D — Seguiu-se o Dr. Fernando Pinto, psicólogo e responsável pelo grupo «Traquinas da Boa Vida», grupo esse ligado a crianças com algumas deficiências mentais. Entre as funções e objectivos deste grupo o Dr. Fernando Pinto fez referência à tentativa de reduzir a irregularidade na frequência das aulas, da sensibilização dos alunos para a importância da Escola, da criação de valores alternativos para combater o insucesso escolar, da ocupação dos jovens, do fazer com que os jovens da CERCI tivessem o mesmo aceitamento nas Escolas oficiais relativamente a outros jovens normais, etc.

E — A intervenção seguinte pertenceu a D. Isabel Palha, Professora de Religião e Moral no Ensino Preparatório, que considerou como decisiva, a relação aluno/professor: o bom entendimento entre ambos é o ponto de partida para um sucesso escolar que se espera. Contudo a desmotivação dos professores foi apontada também como estando por vezes na base do desinteresse dos alunos relativamente à Escola.

F — Luís Rocha relatou a sua experiência como Professor na Escola Secundária Alves Redol, no ano lectivo de 87/88, fazendo referência ao facto de muitas vezes o professor não ir preparado pedagogicamente, mas apenas teoricamente, originando assim uma desmotivação por parte dos alunos. No seu entender, contam-se como causas principais deste insucesso a falta de condições logísticas, a falta de preparação pedagógica e também, algumas vezes, técnica.

A encerrar o Encontro estiveram presentes Couto dos Santos, ministro Adjunto e da Juventude, António Pinheiro, adjunto dos ministros da Educação e Juventude, António Machado Lourenço, vice-Governador Civil do distrito de Lisboa.

Na sua intervenção, Couto dos Santos, fez referência ao elo de ligação entre as organizações de Juventude, à situação dos jovens noutros países europeus, ao fundo social europeu, à falta de habitação, ao serviço militar, à ligação entre os jovens e as empresas, ao combate à droga, ao Dia do Estudante, ao sector educacional — Escola Cultural e Escolas Profissionais. É de destacar também aqui a abolição de formalidades entre os participantes e o Ministro da Juventude que mantiveram uma discussão acérrima e animada, onde as questões por mais complexas que fossem tinham sempre a sua resposta.

Quanto ao adjunto do ministro da Educação, António Pinheiro, a sua intervenção baseou-se no esclarecimento de algumas dúvidas que ainda permaneciam em relação à legislação de acesso ao ensino superior.



*A Mesa dos Trabalhos, presidida pelo Ministro Adjunto e da Juventude na sessão de encerramento ladeado à sua esquerda pelo seu adjunto António Pinheiro e à sua direita por António Nobre, membro da Comissão Organizadora e pelo vice-governador do Distrito de Lisboa, Machado Lourenço*

# TRIBUNA PARLAMENTAR

*(Continuação da página 7)*

tões de interesse colectivo devem ser tratadas, em contraponto evidente com atitudes mais ou menos precipitadas, mais ou menos alarmistas, como foi a protagonizada pelo pedido de Inquérito Parlamentar n.º 3/V.

Da Proposta de Lei do Governo que nós apoiamos, hoje em discussão, saliento os seguintes aspectos:

a) Pela primeira vez se estabelece a gratuidade do sangue, com uma clara proibição do seu comércio; com punição expressa para os prevaricadores; ao contrário de situações equívocas permitidas pela anterior legislação.

b) Por outro lado está expressa a capacidade que o organismo criado passa a ter no controle das instituições privadas e não só públicas que se dedicam a essa actividade.

c) A opção por um diploma mais genérico facilitará uma posterior regulamentação que maximize a utilização das estruturas de recolha existentes, com a flexibilidade necessária para que em cada região do país se encontre a melhor solução organizativa, ao mesmo tempo que se define uma estrutura nacional com uma efectiva capacidade operacional de intervenção.

São igualmente apontados os caminhos para a articulação efectiva dos organismos que têm como responsabilidade a recolha e acondicionamento do sangue nos Hospitais e Instituto Português de Oncologia através de uma rede de transfusão sanguínea.

A Proposta de Lei aponta igualmente a necessidade de se caminhar para o «Tratamento Industrial» do sangue no nosso País em todos os seus componentes , evitando-se assim o dispêndio de divisas, melhorando as condições de controlo de qualidade deste produto biológico.

O reconhecimento e a dignificação, dos dadores benévolos, bem como a importância fundamental que Associações de Dadores passam a ter na determinação da política de recolha e tratamento do sangue são o justo reconhecimento da sua memória e insubstituível actividade.

Também aqui; só com o empenhamento da sociedade através da iniciativa individual e de todas as estruturas organizadas é possível pensar em se mitigar a falta crónica de sangue nos hospitais deste País, que como é óbvio não se resolve unicamente pela aprovação de legislação.

Seria um bom exemplo, ou melhor um desafio que aqui queremos deixar que os deputados da Assembleia da República pudessem a breve prazo contribuir, eles próprios, para a ajuda nesta questão, dando sangue, quer individualmente, quer organizando-se eventualmente uma recolha colectiva.

Na nossa análise, os Projectos de Lei do PCP e do PRD têm um cunho demasiadamente regulamentador definindo de forma rígida uma estrutura nacional e regionais, não permitindo as adaptações a efectuar consoante as especificidades de cada área geográfica.

Discordamos também da ideia do PCP que individualiza, na prática o Servilo de Sangue no S.N.S., abrindo a porta para a criação de conflitos evidentes nos serviços hospitalares, que deixariam de depender do hospital onde são sediados, constituíndo mesmo uma «unidade» independente dentro do hospital.

Neste particular o Projecto do PRD tem a prudência de acautelar este perigo mantendo os serviços hospitalares existentes na dependência dos respectivos Conselhos de Gerência.

Uma palavra final para reafirmar o nosso respeito, admiração a todos aqueles que de uma forma individual anónima, ou através das Associações de Dadores, contribuem para que hora a hora se salvem vidas, dando à comunidade um dos mais precisosos bens...



Para estudar Mercado Único Europeu

# Miguel Cadilhe criou Conselho Superior Financeiro

**O Ministério das Finanças anunciou há poucos dias a criação de um Conselho Superior para o Sistema Financeiro, na perspectiva dos desafios colocados pelo Mercado Único Europeu, em 1992.**

O novo órgão irá estudar o impacto da elevada transferência e movimentação de capitais que correrá no seio nos países comunitários a partir da próxima década.

Segundo Miguel Cadilhe, aquele organismo irá perspectivar os efeitos do Mercado Único, em termos de actividade bancária, para-bancária, seguradora e mercado de capitais.

O Conselho Superior para o Sistema Financeiro é composto por Carlos Câmara Pestana, Morais Leitão, Xavier Pintado, Silva Lopes, Manuel Carvalho Fernandes e Carlos Silva Costa.

Além disso, farão ainda parte daquele organismo, rotativamente, um representante da Associação Portuguesa de Bancos e da Associação Portuguesa de Seguros.

Na apresentação do novo órgão, Miguel Cadilhe revelou que já está delineada a forma como o sector público português, vai responder ao desafio de 1992.

Assim, o ministro das Finanças disse que já está a ser constituído um grupo forte na área financeira e outro na área industrial. São eles a Caixa Geral de Depósitos e o IPE - Investimentos e Participações do Estado.

Miguel Cadilhe referiu também que serão ainda escolhidos dois Bancos Públicos, especialmente vocacionados para apoiar o comércio externo. No entanto, o ministro acrescentou que não está prevista a sua fusão, tal como será mantida a actual política do Executivo no domínio das privatizações.

A Caixa Geral de Depósitos, como já é do domínio público, tem exercido ultimamente uma política de aquisições,com especial destaque as já desencadeadas junto do Banco Nacional Ultramarino e da seguradora Fidelidade.

Por outro lado, o IPE deverá continuar a operar no sector industrial como um parceiro de capital de risco, detendo posições essencialmente minoritárias em empresas promissoras.

No entanto, este organismo prevê reforçar a sua posição no sector dos seguros das sociedades de capital de risco e de Neste sentido, o IPE vai já deter 40 por cento do capital da Unirisco. Com um capital de 300 mil contos, esta sociedade será ainda participada pelo Banco de Fomento Nacional (15 por cento) Banque Indosuez (15 por cento), Inpério (12,5 por cento), EGF (5 por cento), IAPMEI (5 por cento), Sefis (5 por cento) e Sofinor (2,5 por cento).

Além disso, o IPE vai também deter 40 por cento da Sociedade de Fomento Empresarial — Sogenova. Os outros accionistas serão igualmente os atrás referidos, com excepção do IAPMEI e da Sofinor.

# Governo autorizou seis sociedades financeiras

O Governo acaba de autorizar a constituição de mais seis sociedades financeiras. Com o aparecimento das novas instituições eleva-se para quase seis dezenas o número de operadores neste segmento económico que surgiram desde o início do ano.

As novas sociedades de capitais recentemente autorizadas repartem-se por duas sociedades de investimento, uma sociedade de locação financeira imobiliária e três sociedades de gestão e investimento imobiliário. As portarias que autorizam a constituição destas sociedades já foram assinadas por Cavaco Silva e Miguel Cadilhe.

As sociedades de investimento são a Itausa Portugal, cujo accionista fundador pertence ao grupo Itausa do Brasil, e a Finantia, Sociedade de Investimento, SA.

Na área da locação financeira, foi autorizada a empresa Leasimo que conta com o Banco Português de Investimentos (BPI), o Crédit Lyonnais e o Crédit Franco-Portugais entre os seus fundadores.

As sociedades de gestão e investimento imobiliário autorizadas pela Presidência do Conselho de Ministros são a Multimóvel, Multiger a MKI. A Multimóvel e a Multiger têm como accionistas fundadores os Bancos de Fomento Nacional e o Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

A MKI tem na sua base Abraão Kolinsky, Carlos Moita e a sociedade Moita, Farrajota e Rodrigues, Lda.

De acordo com a portaria que autoriza estas sociedades, os seus promotores comprometem-se, durante os próximos 3 anos, aplicarem pelo menos 40 por cento da sua carteira de crédito e de títulos no financiamento de projectos de investimento «especialmente relevantes para o Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego (PCEDED)».

## As reformas de Miguel Cadilhe

Recentemente, o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, divulgou um conjunto de reformas a implementar no mercado de capitais e a aplicar até o final deste ano. Este «pacote» constitui mais um passo para a dinamização de um sector que não pode regredir, pelo que apresentamos de seguida o conjunto das medidas anunciadas.

1 — Conferir autonomia aos mercados de valores mobiliários, liberalizando o seu financiamento (o que não significa ausência total de regulamentação e controlo);

2 — Confiar as Bolsas de Valores à administração ou propriedade dos seus operadores (com eventual participação das instituições financeiras);

3 — Criar uma comissão dos mercados de valores mobiliários, composta por pessoas de reconhecida competência e independência para funções de organização, regulamentação e controlo;

4 — Criação de regulamentação que garanta a transparência do mercado em termos de funcionamento e divulgação de informação;

5 — Fomentar condições de suficiência, clareza, acessibilidade, qualidade e oportunidade da informação a prestar aos investidores;

6 — Introduzir um sistema de negociação em contínuo (por intemédio de meios informáticos adequados);

7 — Criar um mercado único de âmbito nacional no qual se encontrarão as transacções provenientes das Bolsas de Lisboa e do Porto;

8 — Criar um organismo especializado de liquidação e compensação e uma central de valores mobiliários;

9 — Implementar um sistema de desmaterialização dos títulos adequado à realidade nacional;

10 — Rever os requisitos básicos de admissão à cotação segundo critérios de maior exigência;

11 — Criar um segundo mercado no qual se transaccionem títulos que não preencham os requisitos de maior selectividade.

# Produção industrial cresceu 6%

A produção industrial aumentou 6,02 por cento no primeiro semestre deste ano, relativamente a igual período do ano anterior, revelou o Instituto Nacional de Estatística.

O índice geral corrigido dos dias úteis revela para o mês de Junho um decréscimo de 3,15 por cento em relação a Maio que, no entanto, supera em 2,97 por cento o sexto mês de 1987.

Por sectores industriais, em comparação com o mês anterior e o mês homólogo de ano passado, nota-se que a produção aumentou nas indústrias da alimentação (mais 8,31 e 8,91 por cento, respectivamente) se, nas indústrias do fabrico de produtos metálicos com excepção de máquinas e material de transporte (mais 8,46 e mais 6,68 por cento).

Por outro lado, a produção diminuiu nas indústrias têxteis (menos 6,31 e 6,8 por cento, respectivamente), tal como nas indústrias químicas (menos 2,94 e 3,7 por centro).

Nas indústrias de produtos minerais não metálicos (com excepção dos derivados do petróleo bruto e do carvão), construção de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico e ainda no sector da construção de material de transporte, a prdução de Junho deste ano decresceu relativamente a Maio (respectivamente 3,17 — 11,55 e 1,4 por cento) mas cresceu relativamente a Junho de 1987 (5,96 — 8,81 e 15,7 por cento).

A produção industrial analisada por tipos de bens evidencia para o mês de Junho, relativamente ao mês anterior, acréscimos de 1,68 por cento para os bens de consumo e decréscimos de 4,48 por cento para os bens intermédios e 0,73 por cento para os bens de investimento.

Comparando o primeiro semestre deste ano com o do ano passado verifica-se acréscimos de 6,46 por cento nos bens de consumo, 4,86 por cento nos bens intermédios e 8,82 por cento nos bens de investimento.

# Investimento estrangeiro quase duplicou

O investimento directo estrangeiro em Portugal aumentou 96,6 por cento nos primeiros nove meses deste ano, comprativamente a igual período de 1987, indicam dados estatísticos agora divulgados pelo Instituto do Investimento Estrangeiro (IIE).

O IIE refere que, entre Janeiro e Setembro de 1988, o investimento directo estrangeiro ascendeu a 81 milhões de contos, contra cerca de metade (41,2 milhões) no período correspondente de 1987.

Só no mês de Setembro, os investimentos estrangeiros em Portugal, por sociedade ou cidadãos não residentes no nosso País, totalizaram 6,4 milhões de contos (no ano passado e no mesmo mês tinham sido 6,2 milhões de contos).

Nos primeiros nove meses deste ano, os sectores de actividade que mais atraíram investimentos estrangeiros foram os de operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas (16,4 milhões de contos), bancos e outras instituições financeiras e monetárias (13 milhões de contos) e fabricação de produtos metálicos, de máquinas, de equipamento e de material de transporte (8 milhões de contos).

Os países da Comunidade Económica Europeia continuam a ser os que mais apostam com investimentos em Portugal, representando 60,5 por cento do total.

Por outro lado, na CEE é o Reino Unido que mais investe no nosso País. No período a que nos estamos a referir, os ingleses foram responsáveis por 16,4 por cento do total investido por países membros da CEE.

Depois da Comunidade Europeia, seguem-se os Estados Unidos (com 14,5 por cento) e os países da EFTA (14, 1 por cento do total investido em Portugal).


**TABELA DE ASSINATURAS**

Pagamento adiantado

**CONTINENTE**

| | |
|---|---|
| 6 MESES (26 números) | 700$00 |
| 12 MESES (52 números) | 1250$00 |
| APOIO (52 números) | 2000$00 |

**REGIÕES AUTÓNOMAS**

| | |
|---|---|
| 6 MESES (26 números) | 800$00 |
| 12 MESES (52 números) | 1550$00 |
| APOIO (52 números) | 2000$00 |

**ESTRANGEIRO**

| | SEMESTRAL | ANUAL |
|---|---|---|
| EUROPA, ANGOLA, MOÇAMBIQUE, GUINÉ, CABO VERDE, S. TOMÉ, MACAU | 1400$00 | 2570$00 |
| OUTROS PAÍSES | 1900$00 | 3500$00 |

# Rui Carp: Governo reduz défice em 14 milhões de contos

## Espírito de disciplina dos serviços da Administração Central na utilização dos dinheiros públicos é exemplo a seguir

«É com muita honra que apresento uma proposta de lei de alteração do Orçamento do Estado para 1988 que, ao contrário do que sucedeu quase sempre no passado, origina a redução do défice inicialmente orçamentado em quase 14 milhões de contos», afirmou o secretário de Estado do Orçamento ao explicar no plenário aquele «sucesso inédito».

«No passado, adiantou Rui Carp, a Assembleia da República discutiu e aprovou orçamentos suplementares que levaram a mais défices, resultantes de despesas a mais (as «derrapagens» ou «buracos» orçamentais) ou receitas a menos. Situações passadas que não voltaram a suceder desde 1986. Bem pelo contrário. O sentido desta proposta de lei é totalmente oposto porque é fundamental que o recurso à revisão do Orçamento não seja determinado pela indisciplina financeira. Porque da indisciplina financeira resulta quer a desconfiança dos cidadãos na solidez da Economia, quer a erosão dos suportes das instituições democráticas.

E porque é possível esta redução do défice de 1988 em quase 14 milhões de contos? Como é possível que, ainda em 1988, o saldo orçamental «primário» (sem juros) passe a positivo em cerca de 0,3 por cento do PIB, conforme anunciou recentemente o ministro das Finanças?

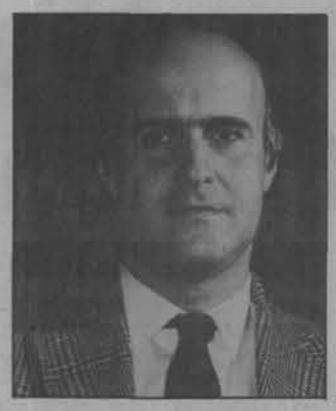
A razão está em que o prosseguimento, pelo terceiro ano consecutivo da «estratégia de progresso controlado» gizada pelo ministro das Finanças, aprovada pelo Governo e confirmada pela Assembleia da República em finais de 1985, conduziu a excelentes «performances» da Economia portuguesa.

A razão está ainda em que a administração fiscal reagiu com mais eficácia do que nunca ao desafio de modernização dos meios que o Governo lhe tem vindo a conceder desde 1986. Porque se incutiu nos serviços da Administração Central o espírito da disciplina na utilização dos dinheiros públicos, esperando-se espírito semelhante nos restantes níveis de administração ou seja do «efeito-demonstração».

### Mais 60 milhões de contos de receitas sem agravamento das taxas dos impostos

Assim, do lado das receitas, estima-se agora, nos finais de 1988, cobranças adicionais de cerca de 60 milhões de contos, não obstante não se terem agravado as taxas dos impostos nem alterado as regras de incidência. O excelente andamento da Economia portuguesa e o aumento da eficácia da administração fiscal são os grandes responsáveis pelo aumento das receitas.

Do lado das despesas orçamentais, prosseguiu Rui Carp, as rectificações apresentadas visam dar solução a quatro ordens de questões: dotação para o Fundo Extraordinário de Apoio à Recuperação do Chiado de modo a que possam iniciar-se os meritórios objectivos para o qual foi criado recentemente pelo Governo; atribuição de uma remuneração extraordinária aos funcionários públicos que conjugada com o aumento de 6,5 por cento concedido no início do ano e a redução generalizada do horário de trabalho a partir do mesmo ano conduzirá a uma actualização salarial em 1988 de 9,5 por cento, sem contar com a compensação do imposto profissional, nem das carreiras técnicas; normalização orçamental das dotações necessárias a assegurar a comparticipação



nacional ao pleno aproveitamento dos fundos comunitários e o reforço da contribuição financeira para a CEE e que na altura em que foi preparado e votado o OE/88 não era possível estimar, dado que ainda se estava longe de chegar a acordo no seio da CEE (só em Maio deste ano foi aprovado o Orçamento da Comunidade para o corrente ano). A quarta questão é a do ajustamento necessário entre sectores orgânicos sem aumento da despesa total ou com contrapartida em receita a mais: Ministério da Saúde mais 6 milhões de contos; MAI (PSP e GNR) mais 1,1 milhões de contos; Ministério das Finanças menos 6 milhões de contos; Ministério da Defesa menos 1,1 milhões de contos; Ministério das Finanças mais 5 milhões de contos (mas em contrapartida idêntica no imposto profissional cobrado sobre o vencimento dos funcionários públicos e outros servidores do Estado.

Em suma, concluiu Rui Carp, com a presente revisão de algumas rubricas de despesa e da estimativa, para melhor, de quatro receitas pode o Governo apresentar ao Parlamento uma redução do défice em quase 14 milhões de contos (471 para 457 milhões de contos) assim prosseguindo as grandes tarefas programáticas do saneamento financeiro do sector público e o progresso da Economia portuguesa procurando conjugar as competências de cada órgão de soberania com a visão de que o Orçamento deve ser cada vez mais um instrumento da gestão pública, num Estado moderno que estamos a construir para servir cada vez melhor os portugueses rumo à Europa de 1992.

### É extemporâneo e violador das decisões do Tribunal Constitucional praticar actos antes da publicação dos respectivos acórdãos

A propósito da decisão do Tribunal Constitucional relativa ao Orçamento do Estado para 1988, constante dos Autos de Fiscalização Abstracta n.º 23/88, atempadamente comunicada à Assembleia da República e que o Partido Socialista pretendia fosse imediatamente posta em prática com efeitos retroactivos, o deputado social-democrata Rui Machete defendeu a tese de que até à publicação do Acórdão do TC é extemporâneo e violador do decidido praticar quaisquer actos de execução, embora a prática aconselhe vivamente no que respeita à elaboração de novas normas se tenham já em consideração as posições líquidas que se podem inferir daquela decisão jurisdicional.

Entretanto, disse Rui Machete, em face dos dados conhecidos podem extrair-se as seguintes ilações.

Primeiro, enquanto o Acórdão não for publicado, não existe qualquer dever jurídico especificamente decorrente da natureza jurisdicional da decisão que imponha a observância da doutrina nele expendida.

Segundo, o desconhecimento em que ainda nos encontramos da fundamentação do Acórdão — sabido como é que neste tipo de decisões jurisdicionais a «ratio decidendi» é essencial para a compreensão do exacto alcance do decidido — impede-nos de ter uma noção clara de toda a extensão da doutrina fixada pelo Tribunal bem como dos limites precisos em que as normas objecto de apreciação foram declaradas nulas.

Terceiro, a circunstância de o Acórdão usar da faculdade excepcional de limitar os efeitos da inconstitucionalidade do ponto de vista temporal ao momento em que o Acórdão é publicado levam a considerar extemporâneo e até violador do decidido por aquele Venerando Tribunal praticar quaisquer actos de execução do Acórdão antes de se verificar a mencionada publicação, pois tal se traduziria afinal de contas em realizar uma aplicação retroactiva que contraria aquilo que é ordenado pelo próprio Acórdão.

Por estas razões afigura-se-nos carecer de fundamento e constituir mesmo, embora por forma certamente não querida um desrespeito ao Acórdão a proposta de deliberação apresentada pelo Partido Socialista em recente conferência de imprensa.

Quarto, poderia assim parecer que o conhecimento que o Parlamento tem da decisão do Tribunal Constitucional não deveria ter quaisquer consequências de ordem jurídica ou prática até que fosse feita a sua publicação. Tal não é, porém, a nossa opinião. Razões que assentam nos princípios da boa-fé constitucional e da concordância prática aconselham vivamente no que respeita à elaboração de novas normas se tenham já em consideração as posições líquidas que se podem inferir daquela decisão jurisdicional. É por isso que o grupo parlamentar do PSD em total cooperação e concordância com o Governo apresentou algumas propostas de alteração aos artigos da proposta de Lei 73/V (Orçamento Rectificativo).

INTERESSES REGIONAIS

# Delegação do IAPMEI em Viana do Castelo é indispensável para o desenvolvimento da região

QUANTO mais fácil, rápido e eficaz for o acesso à informação, melhor se alcançam os objectivos do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento. Daí a necessidade de uma grande descentralização dos respectivos serviços através da criação de delegações ou núcleos como deverá acontecer no distrito de Viana do Castelo, defendeu o deputado social-democrata Carvalho Martins.

O IAPMEI, recordou aquele deputado, terá um papel determinante na execução do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), programa que implica um investimento total de 360 milhões de contos, ao longo de cinco anos, fundamentalmente com fundos comunitários.

Por outro lado, o distrito de Viana do Castelo, abrangendo uma superfície de 2 255 Km² compreendendo 10 concelhos, tem na agricultura a sua principal actividade e apesar do crescimento, na última década, do sector terciário, o distrito precisa urgentemente de se modernizar para se preparar para o embate de 1992. De facto, comparando valores como evolução demográfica, emprego, rendimento disponível em comparação da actividade económica local com outras regiões, vê-se a necessidade de modificar e resolver a situação do distrito de Viana do Castelo.

É fundamental, disse Carvalho Martins, dinamizar a actividade produtiva e aumentar o emprego no distrito. Estima-se a necessidade de criação de dois mil novos postos de trabalho por ano.

Entretanto, tem sido muito baixo o nível de resposta da actividade económica da região, quer ao Sistema de Estímulos de Base Regional (SEBR) quer ao Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR), como se verifica pelo reduzido número de projectos apresentados, indicadores claros da falta de uma dinâmica de investimento produtivo no distrito, contrariando os objectivos do SEBR e SIBR que são dinamizar as regiões desfavorecidas e atenuar os desequilíbrios regionais por meio do lançamento de novas empresas industriais e de expansão das já existentes. Urge inverter esta situação!

Pensam nisso, os social-democratas de Viana do Castelo, admitiu Carvalho Martins, que para o desenvolvimento integrado, modernização industrial e comercial no distrito, o IAPMEI com as suas novas funções poderá ter um papel relevante, mas para tirar o máximo proveito, para tentar inverter e dinamizar, será necessário que o IAPMEI instale uma delegação ou núcleo neste distrito conforme o art.º 3.º do decreto-lei n.º 387/88. A acessibilidade será mais fácil, mais eficaz, permitindo melhores condições de acesso à informação podendo ter um efeito multiplicador na nova dinâmica empresarial que se quer para o Portugal de hoje.

O IAPMEI no distrito de Viana do Castelo poderá contribuir para aproximar o Alto Minho dos níveis de produto e de rendimento do continente através de uma progressão sensível do valor acrescentado local, melhorando a qualidade de vida da população da região.

# Greve de zelo dos juízes de Direito é «ilegítima e injustificada»

O deputado social-democrata Coelho dos Santos considera «ilegítima e injustificada» a greve de zelo levada a cabo pelos juízes de Direito, mas defendeu ao mesmo tempo a criação de um estatuto autónomo que tenha em conta a dignidade das suas funções.

É legítimo, disse Coelho dos Santos que o trabalhador comum, que tem um horário controlado e que goza apenas de trinta dias de férias, se pergunte como é possível que uma classe que está no topo da consideração social, que não sofre qualquer controlo, nem quaisquer represálias, em relação aos horários de trabalho que pratica e que, demais, goza de quase três meses de férias, possa lembrar-se do cumprimento estrito do horário de funcionamento dos tribunais e se resolva a trabalhar ao «ralenti» dentro desse horário.

Dito duma forma clara: achamos inteiramente, ilegítima e injustificada, da parte de juizes de Direito, esta forma de luta a que se dá o nome de «greve de zelo».

Mas já será legítima, e enquadrável nas disposições da Constituição, e greve autêntica, assumida frontalmente, com as vantagens que possa trazer — não vemos quais — e os riscos que possa comportar, um dos quais será necessariamente o desprestígio que há-de recair sobre uma classe que até hoje não foi afectada na sua consideração pública.

A greve dos juizes de Direito — como qualquer greve — tem como base e pressuposto o estatuto dos trabalhadores dependentes. E não vemos bem como possa sanar-se esta contradição: que é a reivindicação de estatuto dos titulares dos órgãos de soberania utilizando para o efeito o estatuto dos trabalhadores dependentes e o Direito à greve que neste se integra.

Há aqui uma clara contradição: é que os orgãos de soberania não fazem greve.

Os juizes de Direito constituem um corpo profissional, como tal próximo dos funcionários públicos, mas simultaneamente são titulares de um orgão de soberania.

Não estão na situação dos titulares dos cargos políticos, e com funções demar- no tempo.
mbém não podem pura lesmente ser equipara- s funcionários públicos, dignidade especial que vém do facto de perten- a um órgão de sobera-
assim que lhes criar um o autónomo, que tenha ta a dignidade das suas s.
discutível que os juizes eito deverão ser digna- remunerados e que lhes ser criadas condições alho satisfatórias.
grande esforço está a o no sentido de haver is suficientes e capazes, demonstra até o Orça- de Estado para o pró- no.
statuto remuneratório izes de Direito temos ever e actualizar. E esta reservada á competên- Assembleia da Repú- orque respeita a um ór- soberania.
tribunais que se assu- omo autênticos orgãos rania o regime demo- não passará de uma ra.

# O País exige os melhores e mais capazes para a gestão da «Res Pública»

## O exercício de cargos políticos é para muitos, e muito particularmente para os melhores, um fardo

Só motivações de natureza psicológica ou o simples desejo de servir o País conseguem ainda fornecer argumentos suficientemente fortes para assegurar a resposta e a prestação de alguns — afirmou o deputado social-democrata Carlos Encarnação em resposta ao Partido Socialista que pretendia estabelecer tais incompatibilidades entre o exercício de cargos políticos e a prática de outras actividades, que até ministros, depois de abandonarem o cargo, se veriam impedidos de retomar as suas profissões anteriores.

Carlos Encarnação diz que os socialistas, na precipitação de importarem modelos estrangeiros (nomeadamente de Espanha), uma vez mais fazendo-o em relação a uma ideia apreciável, conseguem distorcê-la e ampliá-la em termos tais que resultam inaceitáveis e inadequados.

Longe vai o tempo, adiantou o deputado social-democrata, em que o exercício de qualquer emprego, à excepção dos de conselheiro, de Estado e ministro cessava enquanto duravam as funções da dar ou deputado (Carta Constitucional — Artº. 31º.) (Constituição de 1838 — Artº. 51º.).

Nem estas disposições nem o seu espírito conseguiram calar o coro de vozes que, no dealbar do regime monárquico, atribuíam a quantos exerciam o poder o benefício de *prebendas* e *privilégios*.

Mais perto se encontram as disposições da Constituição de 1911 que limitavam o exercício do pariato aos que servissem nos lugares dos conselhos administrativos, gerentes ou fiscais de empresas ou sociedades constituídas por contratos ou concessão especial do Estado por delegação do Governo e declararam o impedimento dos demais que naquelas situações se encontrassem.

Nem por isso o País parece ter sido melhor e mais eficazmente gerido.

Mais próximas ainda nos parecem as disposições da Constituição de 1933 que se aplicavam a ministros e deputados e não foram suficientes para evitar a censura pública do aproveitamento da situação em proveito próprio.



### São diversas as conveniências da Oposição e do País

Deverá isto significar que o grupo parlamentar do PSD é surdo à relevância destas matérias e à sua regulamentação? — interroga-se Carlos Encarnação.

Certamente que em qualquer conclusão desta natureza se não pode extrair das considerações produzidas.

Uma coisa devemos deixar claro. São diversas as conveniências da Oposição e do País.

O País exige que os melhores, os mais capazes e os mais completamente apetrechados estejam disponíveis para servir nos cargos políticos e se sintam motivados a participar na gestão da *«Res Pública»*.

Está ainda em vigor um diploma, datado de 1979, que afirma no seu artº. 1º. — «Os membros do Governo não podem ser prejudicados na sua colocação ou emprego permanente, bem como nos benefícios sociais anteriormente auferidos, enquanto exercerem as respectivas funções...».

Este diploma é assinado por Maria de Lurdes Pintasilgo e dá conta de uma das vertentes importantes do problema.

O exercício de cargos políticos é para muitos, e muito particularmente para muitos dos melhores, um fardo.

Só motivações de natureza psicológica ou o simples desejo de servir o País conseguem ainda fornecer argumentos suficientemente fortes para assegurar a resposta e a prestação de alguns.

Continuamos, continua o País, a necessitar deles.

E não se diga que quando o afirmamos estamos a defender soluções de acumulação, de dúvida, de falta de clareza, de benefício indevido.

O que não queremos é, antes pelo contrário, que para evitar este tipo de soluções ínvias se contraponha em sacrifício desmesurado.

O que pretendemos evitar é que o excesso nos conduza ao bloqueamento.

O que não desejamos é criar um esquema de tal modo rígido de protecção que deixe sem sentido a intervenção da consciência pública ou da actuação dos mecanismos de controle jurisdicional.

Uns e outros não são bem podem ser realidades vãs, sem conteúdo e alcance prático.

São instrumentos de alerta, e mecanismos de correcção através dos quais se estabelecem e gerem os equilíbrios fundamentais.

Se, numa qualquer sociedade, tudo fosse vedado, tudo fosse previsto, nada seria deixado à dinâmica da intervenção política.

Em nenhuma legislação comparada, à excepção da Lei belga de 1931, encontramos disposições idênticas às que o Partido Socialista propõe, por exemplo, em relação aos ex-membros do Governo, prosseguiu Carlos Encarnação.

Aquela lei, aliás, considera que nenhum ministro pode estar ligado, a qualquer título, à administração de uma sociedade que, pela sua intervenção, tenha sido declarada concessionária do Estado na altura em que foi ministro, a não ser passados 5 anos sobre a saída do cargo.

Só que, enquanto na lei belga o impedimento depende do facto da atribuição da concessão ter sido determinada pela pessoa em questão, no projecto do PS é estendido às instituições de crédito ou parabancárias, às sociedades imobiliárias ou a quaisquer empresas intervenientes em contratos com o Estado ou outra pessoa colectiva de direito público.

Nenhum objectivo que se destine a evitar uma eventual colisão entre o interesse público e o interesse privado justificam os impedimentos enunciados.

Para além de se colocarem problemas de ofensa inexplicável de princípio constitucional da igualdade, nesse particular domínio, o projecto do Partido Socialista reduz noutros pontos a capacidade decisória dos membros do Governo e faz tábua rasa na existência da lei 34/87 que contém o regime de crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos.

Em conclusão, estamos dispostos a aceitar aquilo que, com boa fé e recta intenção, nos é proposto. Estamos prontos a trabalhar sobre projectos que nos garantam essa base essencial como ponto de partida.

O que além deste limite se projecte terá em nós a mais viva contradita e a mais séria oposição.

# Coimas agravadas para delitos antieconómicos

AUMENTAR o montante máximo e mínimo das coimas (multas) aplicáveis em casos de contra-ordenações sociais (como delitos económicos de vária índole, atentados à saúde pública e outras contravenções); criar novas sanções acessórias (por exemplo apreensão de objectos, interdição de exercer uma profissão ou uma actividade, privação de participar em feiras ou mercados, privação temporária de participar em arrematações ou concursos públicos de fornecimentos, encerramento temporário do estabelecimento) e modificar o regime das já existentes; aumentar o prazo de recurso da decisão da autoridade administrativa que aplique a coima; a possibilidade de pagamento voluntário das coimas aplicadas pela prática de determinadas contra-ordenações (de menor gravidade), são algumas das alterações que o Governo pretende introduzir na respectiva lei datada de 27 de Outubro de 1982, para o que solicitou ao Parlamento autorização legislativa.

As alterações justificam-se pela experiência da aplicação da lei após seis anos da sua entrada em vigor e ainda pelas transformações entretanto operadas quer na realidade social e económica (a depreciação monetária entre outras) quer no ordenamento jurídico português (entrada em vigor do novo Código de Processo Penal).

Revela-se assim necessário proceder a um aumento das garantias dos particulares, alterando o processo contra-ordenacional de modo a alargar o actual prazo de recurso para os tribunais das decisões da aplicação de coimas pelas autoridades administrativas, uma vez que os cinco dias previstos se têm demonstrado manifestamente insuficientes para garantir um pleno acesso aos tribunais pelos interessados.

De igual modo importa alterar as regras de competência para conhecimento pelos tribunais dos referidos recursos, uma vez que o actual regime, ao determinar a competência do tribunal pelo local da Sede da autoridade administrativa, procede a um afastamento da justiça quanto aos seus destinatários.

Medida de largo alcance será ainda o permitir-se aos particulares, no caso de contra-ordenações reputadas de menor gravidade, o pagamento voluntário das coimas, evitando-se assim morosos procedimentos burocráticos inconvenientes e custosos quer para os particulares quer para a Administração.

Por outro lado, impõe-se fixar regras de determinação de competência para aplicar as coimas de molde a evitar situações de inseguração e incerteza na aplicação do direito.

De referir ainda a necessida de reforçar a tutela contra-ordenacional, procedendo-se a uma actualização do montante máximo e mínimo das coimas aplicáveis, actualização esta que se impõe, aliás, pela depreciação monetária entretanto verificada.

Também o regime das sanções acessórias aplicáveis carece de revisão, esclarecendo-se dúvidas e incertezas resultantes da prática da sua aplicação e ainda cobrindo situações novas merecedoras de especial tutela.

De salientar, por último, a necessidade de proceder às adaptações impostas pelas recentes alterações à orgânica dos tribunais e pelo novo regime de processo penal.

### Contrariar a reincidência

O secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, ao defender, no plenário, a proposta do Governo e referindo-se concretamente às sanções acessórias inovadoras como são a privação temporária do direito de participação em arrematações ou concursos públicos de fornecimento, bem como a do encerramento temporário do estabelecimento, actualmente apenas previstas para crimes, considerou-as perfeitamente adequadas.

Consideram-se, sublinhou Borges Soeiro, particularmente adequadas estas sanções acessórias em domínios variados, desde a violação de disposições administrativas relativas a condicionantes do funcionamento e exploração de estabelecimentos de diversões (preceitos de higiene, de acesso de menores, de consumo de bebidas alcoólicas, etc.) até a práticas ilegais em Sede de concursos públicos ou de arrematação que todavia não tenham dignidade penal, mas que importe contrariar dada a sua prática reiterada.

### Tutela de valores ético-sociais

O deputado social-democrata Licínio Moreira, por seu turno, referiu a evolução histórica do «ilícito de mera ordenação social» que «está praticamente agora a ganhar foros de cidadania», uma vez que a Constituição de 1976 «desconhecia» o direito de mera ordenação social, tendo sido na Revisão de 1982 que foi finalmente admitido.

É no Governo constitucional presidido pelo saudoso prof. Mota Pinto, tendo como Ministro da Justiça o prof. Eduardo Correia, disse Licínio Moreira, que, pela primeira vez, no ordenamento legislativo português, é publicado um decreto-lei, versando o ilícito de mera ordenação social — o dec.-lei n.º 232/79, de 24 de Julho. No seu extenso preâmbulo, justificava-se a instante necessidade de dispor de um ordenamento sancionatório alternativo e diferente do direito criminal, que possibilitasse a libertação deste ramo de direito «das infracções que prestam homenagem a dogmatismos morais ultrapassados e desajustados no quadro de sociedades democráticas e plurais, bem como do número inflacionário e incontrolável das infracções destinadas a assegurar a eficácia dos comandos normativos da administração, cuja desobediência se não reveste de ressonância moral característica do direito penal», e, por fim, «permita reservar a intervenção do direito penal para a tutela de valores ético-sociais fundamentais e salvaguardar a sua plena disponibilidade para retribuir e prevenir com eficácia a onda crescente de criminalidade, nomeadamente da criminalidade violenta».

A superação definitiva do modelo do Estado liberal e o conhecido movimento de descriminalização que, por toda a parte, ganhou muitos adeptos após o final do segundo grande conflito mundial, são os dois grandes factores que determinam o aparecimento do direito de mera ordenação social, como ramo independente do direito sancionatório ou punitivo. Assim é que países com regimes políticos opostos, como são as duas Repúblicas alemãs, têm as suas administrações aparelhadas com este valioso instrumento jurídico.

Na verdade, todos os Estados contemporâneos, independentemente da filosofia política dos seus regimes, chamaram a si tarefas de planificação, de propulsão e de conformação da vida económica e social. Cada vez mais a intervenção do Estado é ampliada a sectores como a economia, a saúde, a educação, a cultura, a habitação, o desporto, o ambiente, a qualidade de vida, etc., pelo que nunca poderia atingir os fins a que se propõe se não dispusesse duma aparelhagem de ordenação social, a que corresponde um ilícito e sanções próprias.

Quanto ao movimento de descriminalização, todos os que trabalham nos tribunais reconhecem quão doloroso é, para magistrados, funcionários e cidadãos, perder horas e horas de trabalho com processos de trangressões de duvidosa dignidade criminal, pois a reprovação e a sanção de tal infracção não têm, a mais das vezes, qualquer fundamento ético-jurídico.

# Conclusões do Seminário «O ordenamento do território e as Autarquias»

A Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas em colaboração com o PSD e o Instituto do Progresso Social e Democracia-Francisco Sá Carneiro, organizou o Seminário Nacional sobre «O Ordenamento do Território e as Autarquias».

José Nunes Liberato, Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, expôs as orientações gerais e a articulação necessária a observar entre o Governo e as Autarquias na problemática fundamental do ordenamento do território, como base indispensável do desenvolvimento económico do País em geral e da região considerada em especial.

Do conjunto das intervenções havidas e do debate realizado resultaram as seguintes conclusões:

## Intervenção e perspectivas do ordenamento do Território

1. A ocupação do solo — bem escasso e limitado e património comum — deve ser criteriosamente decidida, ocupando-se apenas o que seja necessário para sustentar o processo de desenvolvimento sócio-económico e promover a qualidade de vida das populações.

2. A ocupação do solo deve ser fundamentada em planos de ordenamento de território e não ser gerida de forma casuística, que impede a articulação indispensável a atingirem-se os objectivos acima referidos.

3. A elaboração de planos de ordenamento do território da responsabilidade da autarquia (planos directores municipais e planos de urbanização) como peças indispensáveis à correcta e transparente gestão do seu território, deve ser incentivada:

*a*) prestigiando os planos e atribuindo-lhes maior prioridade no plano de actividades do município;

*b*) assegurando a colaboração dos organismos da Administração Central, através da informação e de apoio técnico;

*c*) tornando mais flexível o seu conteúdo e mais expedito o seu processo de elaboração, aprovação e, se for caso, rectificação;

*d*) garantindo a sua aplicação e o cumprimento das suas disposições, sem prejuízo da promoção da decisão, sempre que se torne evidente o seu desajustamento da realidade ou dos objectivos do município.

## Loteamentos urbanos

1. A articulação entre os diversos sectores da Administração Pública conhece algumas zonas de crise, decorrente da profunda transformação institucional exigida pela modernização do País, crise que atinge o instituto dos loteamentos urbanos na área da intervenção dos organismos da Administração Central em processo que a lei entrega à condução e resolução da Câmara Municipal.

2. A lei pretende atribuir aos pareceres ou resoluções dos organismos da Administração Central, valor vinculativo da deliberação final da Câmara Municipal.

3. Face aos limites impostos pelo n.º 1 do art. 243.º da Constituição, a vinculação só pode existir relativamente aos aspectos dos pareceres que respeitem à legalidade da deliberação a proferir;

4. Quanto às resoluções, através das quais a Administração Central autoriza concorrentemente o loteamento ou aspectos deste, no âmbito de uma competência própria, como em casos muito particulares a lei exige; constituem casos de administração activa e não de tutela, pelo que não subsiste, aqui, a limitação imposta pelo número 1 do artigo 243.º da Constituição.

## Infracções Urbanísticas

1. A frequência da verificação e a dimensão de actos que constituam infracção urbanística devem-se fundamentalmente. à ineficácia de acções de fiscalização e não tanto à inexistência de sanções expressamente previstas na lei.

2. Além da ineficácia da fiscalização verifica-se que as situações detectadas e denunciadas perante a autoridade administrativa não têm determinado em tempo útil o necessário processamento de contraordenação que conduza à aplicação de coima, ou a apresentação de queixa junto da instância judicial competente que leve ao procedimento e aplicação de sanções penais.

3. O processamento da contraordenação constitui matéria que reveste especialidade técnica que frequentemente ultrapassa a capacidade dos recursos humanos, existente nas Câmaras Municipais.

4. Atendendo às duas conclusões imediatamente anteriores torna-se indispensável que as Câmaras Municipais disponham de informação clara sobre os procedimentos a adoptar na sequência da detecção de infracções urbanísticas e de pessoal devidamente identificado com a complexidade e com o sentido de eficácia das medidas a adoptar.

## A protecção do ambiente

1. O processo de urbanização deve preocupar-se e garantir a qualidade de vida dos cidadãos e a criação de espaços onde o Homem possa viver com dignidade e bem estar, onde disponha de zonas de lazer e recreio, designadamente áreas verdes, e onde as diversas poluições urbanas (poluição sonora e atmosférica) o afectem minimamente.

2. As autarquias locais, designadamente o município, podem e devem utilizar os poderes de que dispõem, sobretudo no domínio da ocupação do solo, no sentido de assegurar o correcto ordenamento do território e consequentemente a protecção e melhoria do ambiente e da qualidade de vida da população.

## Reabilitação Urbana

1. A Reabilitação Urbana é fundamental para a salvaguarda activa dos centros históricos, quer na protecção do património arquitectónico e cultural, quer na valorização e dinamização económica e social destas áreas.

2. A reabilitação de um centro histórico não pode ser descontextualizada da realidade do centro urbano onde se insere, nem deve constituir ao nível do planeamento uma actuação marginal.

## A perspectiva municipal do Ordenamento do Território - Estudo de um caso: Algarve

1. É absolutamente necessário que se proceda rapidamente à publicação de legislação sobre a Reserva Ecológica Nacional, e entretanto que sejam tomadas medidas para que a interpretação do Dec-Lei 321/83 seja uniforme por todos os Organismos intervenientes na matéria.

2. Que as medidas preventivas para o PROTAL sejam claras e inequívocas quanto à sua interpretação e que tenham suporte jurídico para que as Câmaras não sintam dificuldades na sua aplicação.

3. Que a equipa reponsável pelo PROTAL esteja em permanente contacto com as comissões de acompanhamento dos Planos Directores Municipais, para que os mesmos não tenham grandes tempos de paragem nas necessárias aprovações das diversas fases do processo.

## O planeamento regional

1. O planeamento regional é atitude que deve estar presente na administração pública, de nível central e local, com a sua expressão em planos editados e divulgados, com diferentes focagens e naturezas mas sem perder o sentido do longo prazo, da coordenação e da informação pública muito clara e da tomada de opções em tempo real, devendo ser reflectido na lei do conceito de plano progressivo, com fases expeditas.

2. A formação, reciclagem e garantia de condições para os quadros técnicos deverão visar a capacidade de diálogo, de atendimento periférico, de eficácia com a preparação de protocolos, orientações e desenvolvimento progressivo dos estudos, em interface com múltiplos agentes e sob muitos aspectos.

3. A estratégia deverá ser a arma fundamental para o exercício do planeamento, mas não terá sentido se não for sistemática, correspondendo a um conjunto coerente de medidas e opções, incluindo matérias como os orçamentos, as políticas dos solos, a valorização dos quadros, o processo de participação, os meios de informatização e monitorização.

4. A única via que parece ser hoje possível é a de caminhar para a organização de mesas redondas de diálogo entre níveis e sectores da administração pública, central e local, e entre agentes de intervenção, sendo de desejar que o consenso nos círculos de estudo e de tomadas de opção se faça sucessivamente sem grandes saltos, facilitando o debate entre cada nível inferior com o imediatamente superior, assim garantindo uma efectiva participação vertical, nos dois sentidos, com sentido supletivo que tão salutar pode ser numa administração solidária.

*

O Seminário foi encerrado com intervenção do Presidente do Conselho Directivo da ANASD, Lívio Borges, que focou a coordenação do ordenamento do território ao nível intermunicipal para evitar a definição de políticas divergentes entre municípios vizinhos e ao nível dos municípios ou associações de municípios e a Administrção Central, quer nos investimentos públicos, quer em contratos-programa.

Trata-se de uma das mais importantes tarefas da Administração Pública, ao nível central e local, para a modernização de Portugal.

# I Convenção do Partido Social e Liberal Democrata Britânico

(Continuação da página 6)

fica e tecnológica, e também, muito claramente, uma política comum de coesão económica e social.

Mais do que isso, temos de pensar que esta tremenda construção não pode ser levada a cabo somente por burocratas ou por dirigentes políticos actuando em instâncias não sujeitas ao controlo democrático. E isso já é, em larga medida a situação actual.

*Temos que pensar igualmente que não temos o direito, como sociais democratas e liberais que somos, de participar nesta construção sem o sentimento e a consciência permanentes de que partilhamos os nossos objectivos com os nossos trabalhadores, os nossos empresários os nossos intelectuais, os nossos jovens e o nosso povo no seu sentido mais amplo.*

A Europa não pode continuar a ser construída independentemente ou contra grupos sociais tão essenciais integradores das nossas sociedades e das nossas culturas, ou poderá ser um desastre para todos nós. Assim, a dimensão social da Europa, a solidariedade entre nós e relativamente ao mundo á nossa volta, e a partilha de uma civilização comum na diversidade das nossas contribuições culturais nacionais, *todos estes são aspectos essenciais desta construção e por isso é nossa obrigação afirmá-lo, proclamá-lo e levar os cidadãos a acreditar neles.*

*Não podemos continuar a ter medo da Europa* e das consequências da integração europeia, somente porque não sabemos exactamente o que é a Europa ou porque não decidimos que Europa queremos ter e habitar. *Não acredito que o povo britânico possa temer a Europa e possa assim ser reticente a respeito dela se for adequadamente informado, e se puder escolher democraticamente entre projectos alternativos claros sobre a mesma Europa.*

Clarificados que estejam os nossos objectivos; assumida que seja uma estratégia de poder e de liderança com assunção das concomitantes responsabilidades; finalmente, dispostos a participar a todos os níveis, mesmo antes de sermos poder, e a explorar todas as mais pequenas oportunidades de afirmar os nossos objectivos e estratégia, não perdendo nenhum ensejo de influenciar o processo de decisão política; estas são condições com cuja satisfação podemos aspirar a criar um verdadeiro lobby europeu social-democrata e liberal, tão rapidamente quando seja possível, como etapa estratégica para o desenvolvimento do nosso projecto, quer a nível europeu, quer mesmo a nível mundial.

Sejamos ambiciosos, não deixando de ser realistas ao mesmo tempo, mas *reflectimos sobre se a nossa via é ou não uma via diferente das demais* e tenhamos a consciência de que não há assim tantas vias alternativas claras e conhecidas.

Povo livre

Sai às quartas-feiras

PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:
VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

## TSD – CONVOCATÓRIAS

### RDP

Ao abrigo do art. 52.º dos Estatutos dos T. S. D., convocam-se todos os militantes do Núcleo dos T. S. D da R. D. P. para uma Assembleia de Núcleo a realizar no dia 6 de Dezembro às 18 horas, na R. da Conceição, 113-3.º Esq. com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações.
2 — Análise da situação político-laboral da Empresa.

### Rodoviária Nacional

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da Empresa Rodoviária Nacional para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 5/12/88 entre as 20.30 e as 23.00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq.º, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Eleição do Secretariado de Secção de Empresa.
— Eleição dos Delegados à Assembleia Distrital dos TSD.

## Luís Geraldes na Holanda e no Canadá

• Dias 24 e 25 de Novembro — Reunião em Haia (Holanda) dos Secretários-Gerais dos Partidos Liberais e Reformistas.

• Dia 26 de Novembro — Será convidado especial ao jantar Anual da Federação Luso-Canadiana de Empresários e Profissionais, em Toronto (Canadá).

Aproveitará ainda a oportunidade para nos dias seguintes vivistar as Comunidades Portuguesas de Ontário e de Montreal (Canadá).

## Isabel Corte-Real na Secção D

A Secretária de Estado da Modernização Administrativa, Isabel Corte-Real presidirá na próxima 5.ª Feira, dia 24 de Novembro, às 21H30 na Sede da Secção D de Lisboa, na Rua Rosa Araújo, 16 - 1.º Esq., a uma reunião para análise da situação politico-partidária.

## Manuel Moreira em Oliveira de Azeméis, Peniche e Cedofeita (Porto)

O Secretário-Geral Adjunto do PSD, Manuel Moreira, desloca-se nos dias 26, 28 e 30 de Novembro, respectivamente, às Secções do PSD de Oliveira de Azeméis, Peniche e Cedofeita (Porto), nas quais abordará o tema: «Estratégia Eleitoral do PSD para as Eleições Autárquicas de 1989».

— Dia 26, sábado, pelas 16 horas, participa na reunião da Assembleia de Secção de Oliveira de Azemeis do PSD.

— Dia 28, segunda-feira, às 21,30h, participa na reunião da Assembleia de Secção de Peniche do PSD.

— Dia 30, quarta-feira, às 21,30, participa na reunião da Assembleia de Secção de Cedofeita (Porto).

## António Pinto Leite na Secção E

O Presidente da Comissão Política da AML, António Pinto Leite, preside no próximo dia 25, às 21h30, na Secção E de Lisboa (Rua Forno do Tijolo) a uma sessão de esclarecimento sobre a situação político-partidária.

## João de Deus Pinheiro na Secção B

No dia 24, Quinta-feira, pelas 21.30 o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, participará numa sessão de esclarecimento, da Secção B, no Campo Pequeno, 16-3.º

# CONVOCATÓRIAS

## A. D. Évora

Nos termos do art. 37.º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital de Évora do P. S. D. para reunir, em sessão ordinária, no dia 26 do corrente, pelas 15h30, na sede Distrital de Évora do P. S. D., com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações;
2 — Eleições dos Órgãos Distritais.

## A. D. Setúbal

Ao Abrigo dos disposto no Art. 37.º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal do PSD para reunir ordinariamente no próximo dia 3 de Dezembro, pelas 21h, no Hotel do Mar, em Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão das propostas de emenda do Regulamento interno da Assembleia Distrital e respectiva votação
2. Informações
3. Análise da situação política partidária.

## Aveiro

Ao abrigo dos estatutos, convoco uma reunião na Sede distrital do PSD em Aveiro, da comissão política distrital, para o dia 03 de Dezembro de 1988, às 10 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações.
2 — Análise da situação autárquica.

## Cacém

Ao abrigo dos Art. 48.º e 49.º dos Estatutos do Partido, convocam-se os militantes da Secção do Cacém para uma Assembleia Ordinária da Secção a realizar na próxima 6.ª feira, dia 25, pelas 21h30, na Sede (Rua Elias Garcia, 71, 1.º Dt.º, Cacém), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações
2 — Análise da situação político-partidária
3 — Eleições autárquicas para 1989 — estratégia política

## Entroncamento

Nos termos das disposições estatutárias convoca-se a Assembleia de Secção do Entroncamento, para reunir em sessão ordinária no dia 17 de Dezembro, pelas 15 horas, na sede, sita na Rua Almirante Reis, 6, 2.º esquerdo no Entroncamento com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Análise da situação política.
2 — Apreciação das contas de gerência.
3 — Eleição dos órgãos da Secção para 1988-90.

## Mealhada

1 — Nos termos do Art. 48.º n.º 2 dlínea c) dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mealhada para uma sessão extraordinária, a realizar no salão do 2.º andar do Restaurante «O Portão», em Mealhada, no dia 2 de Dezembro, e que decorrerá entre as 21,00 e as 23,00 h, com a seguinte e única

ORDEM DE TRABALHOS

a) — Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
b) — Eleição da Comissão Política de Secção;
c) — Eleição dos Delegados da Secção à Assembleia Distrital.

## Ovar

Em conformidade com a deliberação da Assembleia de Secção de 4 de Novembro e ao abrigo do disposto no artigo 48 dos estatutos nacionais, convoco a Assembleia de Secção de Ovar para o acto eleitoral dos Orgãos Concelhios para o dia 10 de Dezembro de 1988, a realizar na Sede da Secção, à Rua Ferreira de Castro n.º 84-1-E, a decorrer desde às 15 horas até às 23 horas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Eleição dos Orgãos da Secção para o mandato de 1989/1990:
1 — Mesa da Assembleia de Secção.
2 — Comissão Política de Secção.

## Sardoal

Nos termos dos Estatutos do PSD é convocada a Assembleia de Secção de Sardoal, para reunir extraordinariamente no próximo dia 26 do corrente (Sábado) pelas 21h, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política a nível local e nacional;
2. Eleição da Comissão Política, dos Delegados ao Congresso e à Assembleia Distrital, Mesa da Assembleia de Secção

## Secção G

Ao abrigo dos Estatutos convocam-se os militantes da Secção G para a Assembleia a realizar na sede da Secção, R. do Lumiar 65/65A, no próximo dia 29 de Novembro de 1988, pelas 21.00 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição de Delegados à Assembleia Distrital

## Vila Flor

Nos termos do acordo do Conselho de Jurisdição Distrital do PSD de 22 de Outubro de 1988, convocam-se os militantes da secção de Vila Flor para uma Assembleia Extraordinária, a realizar na Escola Secundária de Vila Flor, no dia 11 de Dezembro de 1988, pelas 14h30, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — Eleição dos orgãos concelhios: mesa da Assembleia, Comissão Política e Delegados à Assembleia Distrital.

## Vila Franca de Xira

Convocam-se todos os militantes do PSD para uma Assembleia Concelhia a realizar no próximo dia 16 de Dezembro de 1988 (sexta) pelas 21.00 horas no salão do Arquivo Municipal de Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Eleição dos órgãos da Secção para o próximo biénio.
2 — Análise da situação Política Local e Nacional.

# Seminário «A Mulher e o Poder Local»

PARA reflectir sobre a problemática da mulher no Poder Local vai realizar-se, no próximo dia 3 de Dezembro, no auditório Grão-Pará, em Lisboa, um Seminário, com o seguinte:

### PROGRAMA

9h30 — Abertura, por António Pinto Leite — Presidente da Distrital de Lisboa

10h — 1.º TEMA — Eleições Locais — um desafio à participação da Mulher por Leonor Beleza.

10h30 — Intervalo

11h00 - 2.º TEMA — Mulheres no Poder Local — **Alguns números** — algumas ilações por Adelaide Lisboa

11h30 — Debate

12h30 - Almoço

14h30 — Estratégia eleitoral do P. S. D. e eleições autárquicas de 1989 por Manuel Moreira.

15h00 — 1.º PAINEL — As autarquias no desenvolvimento do País por Maria de Lourdes Breu, presidente da Câmara de Estarreja e Maria José Barros, vereadora da Câmara de Arraiolos.

15h45 — 2.º PAINEL — A Mulher ao serviço da comunidade, por Maria Luísa Teixeira — Autarca — Dona de casa, Ana Ferraz da Costa — Autarca — Enfermeira. Amélia Branco — Autarca — Secretária.

16h30 — Intervalo

17h00 — Debate

18h00 — Encerramento, por Nunes Liberato, secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.

**Se és autarca tens muito para nos transmitir, não deixes de estar presente.**

**Se ainda não és autarca, mas como social democrata estás interessada em saber mais sobre o papel do «Poder Local» no desenvolvimento do País. não deixes de aparecer e participar.**

INSCRIÇÃO

NOME _____ TELF:

MORADA _____

PROFISSÃO _____

DISTRITO _____ SECÇÃO _____

*Envie esta ficha de inscrição até 30 de Novembro, para: Sede Nacional do PSD — Rua de S. Caetano, n.º 9, 1200 Lisboa*

## Novos órgãos locais

### Amadora

COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO

Presidente — João Granja da Fonseca.

Vice-presidente — Gabriel Rosmaninho Carvalho.

Tesoureiro — Armando Amaral Mendes.

Vogais — José Cupertino, Luís Graça, Arnaldo Rodrigues, Sotero Mendes de Almeida, Antonino Galvão, José Alves, Cândida Ventura, Marco Alves, Américo Paredes, Carlos Videira, Nuno Maia Silva, Vasco Resende e Vilas Boas.

## Almoço Convívio

Realiza-se no dia 17 de Dezembro pelas 13h00 na «Quinta da Granja» Adega Típica, Carregado, um Almoço de Confraternização, de TSD,s realizado por um grupo de trabalhadores da ANA, EP, com o apoio do Secretariado da Secção.

Povo livre

João de Deus Pinheiro

# Miniplano Marshall para Angola pode ser realidade em 1989

O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro deu uma Conferência de Imprensa, em Londres, a jornalistas britânicos e portugueses, no decorrer da qual se mostrou fortemente optimista quanto às possibilidades de sucesso do proposto miniplano Marshall para Angola, que tem vindo a promover.

O ministro indicou, mesmo, que no final do próximo ano poderá haver condições para que o plano se torne realidade. Trata-se de um plano que visa estimular o desenvolvimento de Angola, plano esse que conta já com a disponibilidade de diversos países europeus, Estados Unidos e Japão.

### Centro Norte-Sul

Particularmente activo durante a passada semana, o ministro João de Deus Pinheiro, que esteve também em Estrasburgo, revelou que em finais do próximo ano poderá ser inaugurado em Lisboa um centro Norte-Sul, facto que coincidiria com a presidência portuguesa do Conselho da Europa.

O referido centro, uma iniciativa apresentada pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, no início do ano, também em Estrasburgo, poderá contribuir para uma maior sensibilização dos europeus para o problema da independência entre o Norte e o Sul.

Portugal, disse o ministro Deus Pinheiro, está disposto a fornecer a Sede do Centro e suportar algumas despesas do respectivo funcionamento. Itália, Luxemburgo, Espanha, Turquia, Brasil, a maior parte dos países africanos de expressão portuguesa e vários outros países da América Latina, bem como a Grã-Bretanha, já manifestaram interesse na criação do Centro Norte-Sul.

### HUNGRIA

A Portugal deslocou-se, entretanto, o ministro húngaro dos Negócios Estrangeiros, Peter Varkonyi, que se avistou por várias vezes com o seu homólogo João de Deus Pinheiro. Ambos os ministros manifestaram optimismo quanto às relações bilaterais e anunciaram a próxima deslocação, à Hungria, de uma delegação económica portuguesa.

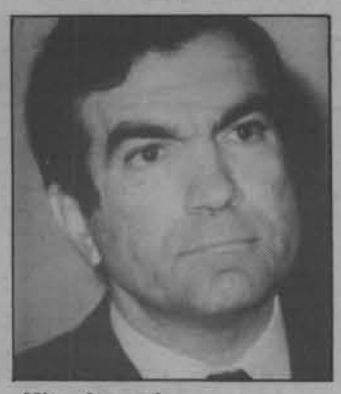
Segundo João de Deus Pinheiro, o actual nível das trocas comerciais bilaterais, considerado baixo, poderá quintuplicar a curto prazo. O ministro defendeu que o intercâmbio pode alargar-se aos domínios cultural, científico e tecnológico. Em resposta, Varkonyi afirmou que «nenhuma parte da Europa pode estar interessada no fracasso ou na crise da outra».

# Indústria é a sede do fenómeno inovatório

«A indústria é a Sede do fenómeno inovatório», afirmou o ministro da Indústria, no Porto, no decorrer da sessão de encerramento de um seminário sobre «Vinte anos de política científica».

Mira Amaral anunciou que foi aprovado em Bruxelas um subsistema do PEDIP que prevê estímulos «para a inovação orientada nas empresas» e esclareceu que «o Estado pagará a feitura de protótipos, nos quais estarão envolvidos os centros de saber», mas considerou «incorrecto que se aumentem as verbas para a inovação aos organismos públicos, esquecendo as empresas».

«Pretendemos estimular as empresas que façam inovação ligadas à Universidade», salientou Mira Amaral, que anunciou a criação de institutos de novas tecnologias destinados a «desenvolver projectos industriais devidamente orientados», em áreas como a electrónica, informática, engenharia marítima e energia.



*Mira Amaral*

Mira Amaral salientou ainda que «haverá sempre limitações de recursos» para a investigação, tendo em conta o «estádio de desenvolvimento do País».

# Comunicado dos TSD

O Secretariado Nacional dos TSD, reunido hoje, analisou a actualidade político-laboral e os diferentes vectores político-económicos que a médio prazo irão determinar a evolução dos comportamentos dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

O Orçamento Geral do Estado para 1989 e a coerência e estabilidade políticas que o Governo garante, permitem esperar que o próximo ano continuará a ser marcado por forte crescimento económico, na linha do que vem sucedendo nestes últimos três anos e como é indispensável para estarmos preparados para o embate do Mercado Único Europeu em 1992.

Tal evolução exige que os padrões de vida e o poder real de compra dos trabalhadores portugueses também se aproximem dos usufruídos pelos outros trabalhadores da CEE.

O facto da inflacção do corrente ano não se vir a situar nos parâmetros previstos pelo Governo e pelos parceiros sociais, não facilitou essa aproximação ao ritmo desejado e aconselha que tal factor seja considerado com realismo por todos os intervenientes na contratação colectiva de 1989 — sindicatos, entidades empregadoras e Governo.

Porém, os últimos desenvolvimentos no campo sindical levam a admitir ser propósito de alguns responsáveis sindicais utilizarem o pretexto da inflacção/88 para radicalizar a sua actuação. É o que resulta evidente das declarações proferidas na recente «mesa redonda», promovida pelo «Diário de Notícias», com os líderes da UGT e da Intersindical.

Se é certo que a postura e as intenções da Intersindical não devem surpreender, porque são coerentes com a sua própria natureza, já o conteúdo das declarações do Secretário Geral da UGT são extremamente graves e exigem da parte dos social-democratas uma posição.

A unanimidade da leitura da situação laboral/88 e a total convergência de pontos de vista quanto ao futuro entre aqueles dois sindicalistas não deixam visível qualquer fronteira que distinga as duas Centrais e revela um namoro descarado entre si, que faz pressagiar um frentismo PC/PS no campo sindical, às claras ou camufladamente, no próximo ano.

Esta posição do líder da UCT representa uma radical e ilegítima mudança na estratégia da Central, pelo que as suas opiniões devem ser interpretadas apenas e só como a posição dos socialistas, e não da UGT no seu conjunto, porque nenhum social-democrata se revê nessa aproximação do coordenador da Tendência Sindical Socialista à CGTP.

Tal comportamento do coordenador da TSS deve ter mais a ver com as eleições que vão ocorrer no próximo ano e com a sua preocupação em mostrar ao seu partido e à sua nova direcção que é um socialista solidário e um camarada leal, até tendo em conta as especulações que lhe atribuem responsabilidades na actual crise do PS, do que com os reais interesses dos trabalhadores e do movimento sindical democrático.

Por tudo isto, rejeitamos frontalmente as posições públicas do Secretário Geral da UGT ao DN e denunciamos os seus objectivos pessoais e políticos.

Ainda no que respeita à UGT, continua a verificar-se a acentuação da estratégia socialista em dominar todas as estruturas da Central, sendo disso, factos mais recentes e irrefutáveis, a escandalosa maioria socialista que o Secretariado Nacional da UGT impôs nas delegações regionais de Braga, Porto, Açores e Viseu, quando os secretariados cessantes tinham uma composição equilibrada entre as duas tendências. Estes factos só confirmam a análise que os TSD têm vindo a fazer sobre a vida interna da UGT.

O Secretariado Nacional dos TSD decidiu ainda marcar o Conselho Nacional para o próximo dia 17 de Dezembro, a realizar em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Orçamento para 1989; Eleição dos representantes dos TSD no Conselho Nacional do PSD e Análise da situação político-laboral.

Lisboa, 19 de Novembro de 1988.

O Secretariado Nacional dos TSD



Leonor Beleza

# Listas de espera têm de acabar

A ministra da Saúde, Leonor Beleza, exortou os gestores hospitalares a pegarem nas listas de espera dos hospitais e a estudarem minuciosamente as razões da sua existência.

Ao falar na posse dos novos directores dos hospitais do Norte, Leonor Beleza salientou que se os pacientes continuarem a ser atendidos com meses ou anos de atraso, os equipamentos altamente sofisticados de pouco valerão e a alta tecnologia pode não valer mesmo a pena.

A ministra disse que gostaria de ver as administrações dos hospitais vestir, no exercício das suas funções, «a pele de cidadãos quando vêm aos hospitais».

Leonor Beleza inaugurou, ainda no Porto, a nova sede e lar da Liga Portuguesa Contra o Cancro, edifício onde também funcionará o centro de formação permanente do Instituto Português de Oncologia. Salientou, na ocasião, que o Governo está empenhado na luta contra o cancro e acrescentou que vai ser feito um plano, envolvendo todos os cidadãos e instituições ligados àquela doença, plano esse que «faz parte do mudar da face à saúde».

# Cooperação com Angola continua a reforçar-se

A convite do Ministro do Trabalho da República Popular de Angola, dirigido ao Ministro Silva Peneda, uma delegação técnica do Ministério do Emprego e da Segurança Social desloca-se na próxima sexta-feira a Luanda para conversações sobre cooperação técnica no sector laboral.

O convite vem na sequência de um vasto conjunto de acções de assistência ténica aos países africanos de língua poruguesa que o Ministério do Emprego e da Segurança Social desenvolve desde há três anos nas áreas específicas das suas atribuições.

Silva Peneda designou uma delegação que integra os mais altos dirigentes dos departamentos do seu Ministério e que Nascimento Rodrigues chefiará, como responsável pela cooperação técnica com os países lusófonos no âmbito do Ministério do Emprego.

Valente de Oliveira

# Desafio de 1992 diz respeito a todos

«Todos falamos do desafio de 1992 e a verdade é que ele está diante de nós e seremos todos a ter de responder-lhe», afirmou o ministro do Planeamento na sessão de abertura de um seminário internacional sobre a modernização e desenvolvimento da administração local, que decorreu em Lisboa.



Valente de Oliveira defendeu a colaboração entre as administrações central e local, tendo por objectivo a modernização, e salientou que o desafio do Mercado Único Europeu, em 1992, «não é matéria reservada só para alguns».

«Os contratos-programa entre a administração local e a administração central significam a associação dos diversos escalões para resolver casos urgentes, pondo bem claro e no papel o que a cada parte compete fazer», disse Valente de Oliveira.